



Associação dos Deficientes das Forças Armadas

ADFA
REDE SOLIDÁRIA



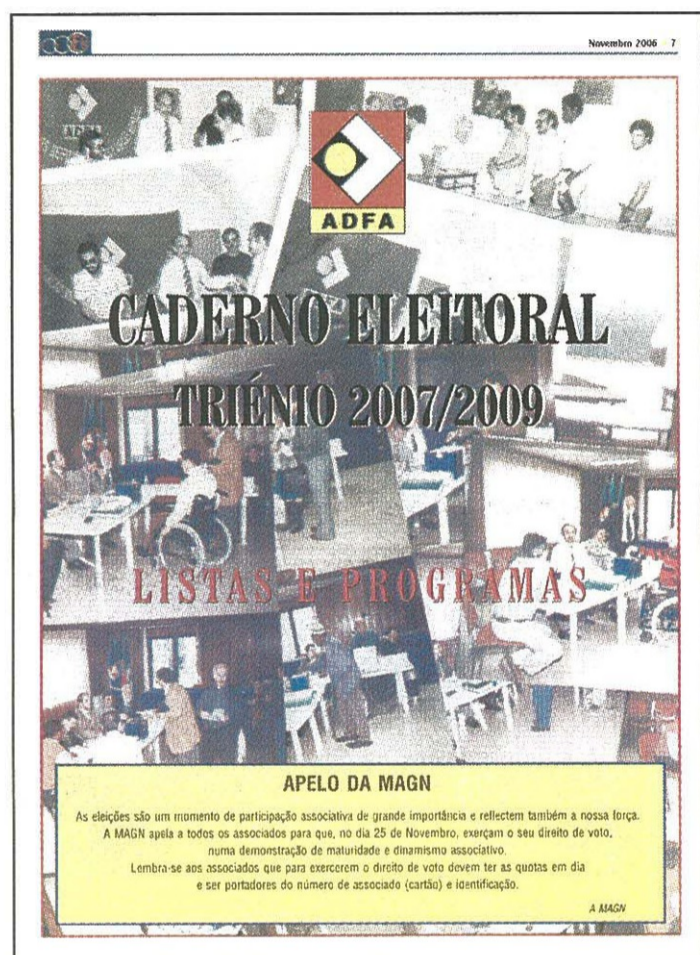
PORTE PAGO

Director Interino: Sérgio Azougado - Ano XXXII Novembro 2006 Mensário Nº 368 Preço € 0,70

Secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar visita a Sede Nacional



Pág. 24



Caderno Eleitoral

Págs. 7 a 18

À hora de fecho...

**Comissão Parlamentar de Defesa
mostra-se muito sensível às
posições da ADFA sobre IRS**

Ver pág. 19 e também pág. 6

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA 2.ª CONVOCATÓRIA

NOS TERMOS DOS ARTIGOS 28.º E 29.º DOS ESTATUTOS E DAS DISPOSIÇÕES DO REGULAMENTO ELEITORAL, CONVOCAM-SE TODOS OS ASSOCIADOS PARA A ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA, A REALIZAR NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2006 (SÁBADO), DAS 09H00 ÀS 19H00, COM VISTA À ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS NACIONAIS E DE DELEGAÇÃO PARA O TRIÊNIO DE 2007-2009.

A ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL, QUE SE DESDOBRARÁ EM ASSEMBLEIAS GERAIS DE DELEGAÇÃO SIMULTÂNEAS, FUNCIONARÁ COM MESAS DE VOTO NA SEDE NACIONAL, NAS INSTALAÇÕES DAS DELEGAÇÕES E NOS LOCAIS PUBLICADOS NO CADERNO ELEITORAL DESTA "ELO".

Lisboa, 27 de Outubro de 2006

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional

António dos Santos Carreiro

Delegações » pgs. 2 e 3

ADFA participa » pg. 4

Notícias militares e sobre combatentes » pg. 5

DN esclarece e informa » pgs 6 e 19

Episódio de guerra » pg. 21

Ponto de Encontro » pg. 21

Desporto » pg. 23



Delegações

CASTELO BRANCO



Almoço de Natal

O Natal aproxima-se e, tal como em anos anteriores, vamos realizar o almoço convívio da nossa delegação, no dia **16 de Dezembro**, sendo o local escolhido o Hotel Idanha-Caça, localizado à saída do Ladoeiro, na estrada para as Termas de Monfortinho, devendo-se ter em atenção que o trajecto terá que ser efectuado por Idanha-a-Nova, uma vez que a ponte sobre o rio Ponsul se encontra em reparação.

Este ano optou-se por um serviço de buffet com a seguinte ementa:

Entradas: ... variadas e saladas diversas

Sopa: ... de Cação

Prato peixe: Bacalhau à Lagareiro,

Prato carne: Carré de Porco no forno com Puré de

Maçã

Prato caça: Veado à Vale da Morena

Sobremesas: variadas

Bebidas: água, sumos e vinhos da região

Café e Bolo-Rei

Preço por pessoa – 17,50 euros, pagando as crianças até aos 10 anos – 8,00 euros.

Vamos fazer do nosso almoço de Natal mais um grande convívio associativo. Não faltes com os teus familiares.

As inscrições, acompanhadas do respectivo pagamento, deverão ser efectuadas na Sede da delegação até ao próximo dia 13 de Dezembro.

COIMBRA



Convívio de Natal

Conforme já noticiado no anterior jornal, a delegação irá organizar o almoço convívio de Natal a realizar no próximo dia 16 de Dezembro, um sábado.

O convívio irá realizar-se na Quinta do Outeiro em Tentúgal, o mesmo local do ano passado, com início às 12H30.

Ementa:

Entradas variadas;

Sopa do Mar;

Leitão à Bairrada;

Bebidas;

Salada de Fruta;

Café/Digestivo, e Bolo Rei.

Preço por pessoa - 18,00€ (*)

As inscrições deverão ser feitas até ao dia 12 de Dezembro, com pagamento no acto da inscrição.

(*) NR – tendo a notícia original sido recebida por fax, ao digitalizar-se o documento o preço do almoço, que era de 17,50 euros, foi lido pelo s(a)caner como sendo 11,50, o que originou então uma informação errada aos leitores, facto pelo qual pedimos desculpa, em especial aos dirigentes e associados de Coimbra.

ADM - informação aos sócios

Mais uma vez se chama a atenção para o correcto preenchimento dos documentos médicos e de enfermagem para efeitos de comparticipação.

Nos recibos, facturas de vendas a dinheiro, deverá constar a identificação da Empresa, Centro de Saúde ou Hospital e também a vinheta individual do técnico de saúde assistente, sem o qual os documentos não serão aceites.

Desta forma se evitarão contratempos para que os documentos não sejam devolvidos.

Isenção de propinas

Relativo às declarações para isenção de propinas ao abrigo do Dec. Lei 358/70 de 29 de Julho, chama-se a atenção dos associados para o estipulado do art.º 3º do referido diploma. Não poderão beneficiar da respectiva isenção os alunos que não tiveram aproveitamento escolar no ano anterior.

NÚCLEO DE LEIRIA



Magusto em período eleitoral

Conforme Circular enviada aos associados da área, vai o núcleo organizar no próximo dia **25 de Novembro**, pelas 15 horas, e como é habitual, um **magusto**.

Assim, é com muito gosto que se convidam os estimados associados a estarem presentes neste convívio tão importante para a nossa vida associativa, devendo fazer-se acompanhar dos seus familiares.

O referido convívio decorrerá, como aconteceu em anos anteriores, nas instalações dos Bombeiros Municipais de Leiria, em frente ao edifício onde funciona o núcleo.

Este ano em especial, apelamos à comparência de todos, não só porque cada vez se torna mais importante para a vida associativa este tipo de encontros, mas também porque terão oportunidade de exercer o dever/direito de votar nas eleições para os Órgãos Sociais nacionais e regionais que, por coincidência, são no mesmo dia em todo o país, juntando assim o útil ao agradável.

Programa:

Das 09H00 às 19H00 – Mesa de voto para os órgãos acima referidos, no núcleo de Leiria:

Convívio:

15H00 - recepção dos associados e familiares;

15H30 - convívio (castanhas, lençiscas, febras, tinto e outras iguarias).

Agradece-se a confirmação até 21 de Novembro para o telefone do núcleo 24 482 35 21 (das 14H00 às 17H00) ou para o 96 588 50 68, informando logo o número de pessoas a comparecer. Este ano, infelizmente, haverá que contar mais uma vez com a boa vontade de cada um, contribuindo para a ajuda nas despesas, com 5,00 euros por pessoa, sendo

que as crianças e os jovens com mais de 80 anos não pagam.

Nota: quem entender doar um valor acima do que se indica, a organização muito agradece.

Que ninguém falte!!!!

ÉVORA



Convívio de Natal

O convívio de Natal da delegação realiza-se em Évora, a **16 de Dezembro**, no restaurante "Galhetas", situado na estrada Évora – Redondo, ao Km 4 a contar de Évora, do lado esquerdo da estrada, na Quinta Nova do Degebe (é o mesmo local onde se realizou o convívio de 2004).

Programa:

- 11H00 - concentração dos associados junto à Sé de Évora, seguida de visita guiada ao Templo Romano e à Sé;

- 12H30 - almoço no restaurante "Galhetas", com animação musical, distribuição de prendas aos filhos e netos e lembranças aos associados que perfaçam 25 anos de ADFA.

Marcação até às 17H30 do dia 11 de Dezembro pelo telefone 26 670 34 73.

Preços:

Adultos: 15,00 euros;

crianças dos 7 aos 12 anos: 10,00 euros, e dos 0 aos 6 anos: grátis.

Será oferecida uma prenda aos filhos e netos de associados, desde que presentes na iniciativa, devendo, no acto da inscrição, serem indicados os respectivos nomes bem como a idade.

FARO



Convívio de Natal

A delegação vai levar a efeito o seu costumado convívio de Natal no dia 16 de Dezembro a partir das 13H00, sendo o seu custo de 15 euros por pessoa.

Mais informações na delegação.

MADEIRA



Festa de Natal

A delegação da ADFA na Madeira realizará, no próximo dia **10 de Dezembro**, a tradicional Festa de Natal dedicada aos associados e seus familiares, no restaurante "Encumeada", com início às 12H30. Haverá transporte para os associados, com partida junto à delegação.

Para mais informações e respectivas inscrições deverão dirigir-se no serviço de atendimento, pessoalmente ou através do telefone 29 176 51 71 ou ainda telemóvel 96 996 35 17, até ao dia 5 de Dezembro.

Receitas

Bom, como Setúbal não conseguiu apanhar peixe suficiente para uma caldeirada, vamo-nos socorrer, mantendo-nos em receita de dieta (!), numa Madeira "reserva"

Peixe espada gratinado

Ingredientes:

8 postas de peixe espada grandes e grossas, 2 dentes de alho, leite, salsa picada, pão e queijo ralados, margarina, manteiga, pimenta e limão.

Preparação:

coloque as postas, previamente tomadas de sal, numa terrina untada com margarina. Barre com manteiga, já misturada com a salsa, os alhos esmagados e a pimenta. Deite de seguida o leite suficiente para cobri-las ao de leve. Polvilhe com o queijo e o pão ralados. Leve depois ao forno com o lume médio, temperado de vez em quando com o próprio molho.

Sirva logo que prontas, acompanhadas de batatas cozidas temperadas com manteiga e salsa picada, guarnecendo com quartos de limão.

Para o mês que vem voltamos à região de onde partimos, isto é, **Famalicão (VN)**, certamente em acepipes que nos anunciam as tradicionais festividades, e guloseimas, natalícias.

FESTAS DE NATAL

já marcadas, na
Madeira em
10 de Dezembro,
Castelo Branco,
Coimbra, Évora,
Faro, Porto e Viseu,
todas no dia
16 de Dezembro
e VN Famalicão no dia
17 de Dezembro



Delegações

Associado, apóia a tua delegação e a ADFA comparecendo às suas iniciativas!

PORTO



AGENDA:

1 de Dezembro - Almoço de confraternização de associados e familiares, em Arouca

7 de Dezembro - Jantar evocativo do 32.º aniversário da fundação da Delegação

8 de Dezembro - Encontro de associados e familiares afectos ao Núcleo de Santa Maria da Feira

9 de Dezembro - Almoço de confraternização de associados e familiares, em Vila Real

16 de Dezembro - Encontro de associados afectos ao Núcleo de Chaves

16 de Dezembro - Festa de Natal destinada a filhos e netos de associados, com menos de 12 anos de idade

17 de Dezembro - Encontro de associados residentes no distrito de Viana do Castelo, em Ponte de Lima

- Peça de teatro infantil;
- Espectáculo de animação;
- Distribuição das prendas aos filhos e netos dos associados – previamente inscritos;
- Entrega dos prémios sorteados nas rifas de Natal;
- Sorteio de prémios.

Chegará a todos os associados, com quotas em dia, uma carta com mais informação sobre a Festa de Natal - boletim de inscrição e rifas de sorteio.

NÚCLEO DE GUIMARÃES



Tradicional "Magusto"

A direcção do núcleo de Guimarães realiza, por mais um ano, o convívio do Magusto, no próximo dia 11 de Novembro pelas 18H30.

Inscrições até dia 8 de Novembro no núcleo.

O preço será de 10,00 euros por pessoa, com direito a castanhas, vinho verde, rojões e farinheiras.

UISEU



Convívio de Natal

Este ano vamos realizar o almoço convívio de Natal, no dia **16 de Dezembro**, a partir das 13 horas, no restaurante do INATEL, que fica na rua com

o mesmo nome, pertinho da Rotunda Carlos Lopes na direcção do hotel Montebelo, perto da Delegação. Procuramos assim juntar o útil ao agradável, podendo estar mais tempo em convívio, num local aprazível, no centro desta magnífica e bela cidade de Viseu que bem merece ser visitada.

Natal é família. Natal é amor. Natal é partilha. É pensar também naqueles que mais sofrem e mais precisam.

Os combatentes deficientes das Forças Armadas sofrem, mas são solidários com os que mais precisam. Mesmo com dificuldade não deixes de aparecer que tudo se resolve. Inscreve-te já e vem que, com certeza, vais ficar contente por estar entre amigos numa época tão bonita como é o Natal.

Ementa:

Entradas - rissóis, croquetes, pasteis de bacalhau, bolas mistas, presunto, queijo, paio, azeitonas, petinga e orelheira;

Sopa: ... de legumes;

Prato de peixe: arroz de polvo com gambas;

Prato de carne: lombo de porco e vitela assada;

Vinhos branco e tinto, cerveja, águas e sumos, salada de fruta ou pudim de ovos, café e digestivo, espumante e bolo-rei.

Inscrições até ao dia 11 de Dezembro na delegação.

V.N. FAMALICÃO



Festa de Natal

A realizar, no dia 17 de Dezembro, na Casa das Artes em V.N. de Famalicão - no mesmo espaço do ano passado, com o seguinte programa:

Passagem de ano no Douro

MARQUE JÁ... que depois não há!

Saindo da Sede nacional da ADFA depois de almoço (14H30) do dia 31 de Dezembro, com paragem no Porto (hotel Tuella) apenas para deixar a bagagem, fazer alguns preparativos e talvez um breve descanso, deslocação para o cais de embarque em Vila Nova de Gaia,

com aperitivos já a bordo pelas 20H30, jantar apropriado à data pelas 21H30 e festa de passagem de ano com espumante, passas, bolo-rei e, certamente, muitos desejos que 2007 possa ser bem melhor do que 2006! Regresso ao hotel já no ano que vem...

No dia 1 de Janeiro saída depois do pequeno-almoço em, compreensivel-

mente, hora a combinar na altura, parando-se na Mealhada para almoço de "leitão à Bairrada".

O preço por pessoa em quarto duplo é de 255,00 euros (+ 45,00 em quarto simples), excluindo, claro, despesas de carácter pessoal, devendo as inscrições, e pagamento, serem feitas até ao dia 13 de Novembro, podendo ser obtidas mais informações pelo telefone 21 751 26 00 (D. Conceição Valente).



Notícias

Oficinas Cais

- oportunidades de vida melhor

Habitados que muitos estão, estamos, de apenas aperceber a organização CAIS pela, quantas vezes negada, venda/compra da sua revista em algum semáforo ou à porta de um qualquer mini-mercado, não deixará de ser interessante, e esperemos que útil para alguém, saber que o trabalho da instituição se estende por muitas áreas de apoio social aos mais desfavorecidos (e não apenas aos sem-abrigo), sendo já vários os associados da ADFA, nomeadamente de origem africana, que beneficiaram das suas várias "oficinas", não só quanto a melhorar a sua capacidade profissional – e sobre isso escreveremos mais adiante -, como também a permitir mais e melhor participação social, estando neste caso as actividades desenvolvidas ou integradas, por exemplo, nos espaços yoga, meditação, danças africanas ou tardes de cinema.

Denominado "CaisInclusãoDigital", este projecto social visa "combater a



infoexclusão, aprender a utilizar o computador como ferramenta de trabalho e veículo de formação profissional", existindo, devidamente reconhecidos e certificados, os seguintes cursos: "Princípios básicos de informática – DCB (12 horas) e "Princípios elementares de informática" (135 horas, sujeito a entrevista de selecção e formação ao nível anterior – DCB), com a particularidade de haver um espaço físico para utilização livre de computadores. Eventualmente haverá cursos de "Motivação – mecanismo de procura de emprego", com vista a "promover o envolvimento activo no processo de procura de emprego, construção de carta de apresentação, curriculum vitae e simulação de entrevistas".

O "Centro Cais" fica na Rua do Vale Formoso de Cima, 49 a 55, 1950-265 Lisboa, com os contactos 21 836 90 00 (tlf), 21 836 90 01 (fax) e caisfaz@cais.pt (correio electrónico), podendo, no entanto, serem obtidas mais informações no Departamento de Apoio Social da ADFA, na Sede.

Delegações

(Ultima hora)

PORTO/NÚCLEO DE CHAVES

Exposição de pintura e cerâmica

O Núcleo da ADFA em Chaves levou a efeito, de 25 de Outubro a 2 de Novembro, uma Exposição de Pintura e Cerâmica subordinada ao tema "Sem Pressa", no antigo edifício da Estação do Caminho de Ferro, já remodelada para servir de "Centro Cultural".

Os trabalhos, da autoria dos utentes do Centro de Actividades Ocupacionais/da delegação do Porto, reflectem a atitude de quem, numa cidade como o Porto, as manhãs são um corre - corre para tudo-. No entanto, nem tudo de faz a correr, como são exemplo as obras



expostas, resultado de um trabalho reflectido e paciente, feito por pessoas que sem pressa aproveitam o seu tempo da melhor forma. O seu contributo é deixar à cidade uma obra que os outros não tiveram tempo de realizar e que não pode deixar de existir na sua dimensão lúdica, cultural e simbólica, própria de uma sociedade com valores para o século XXI.

Lei da nacionalidade e imigrantes

Indo entrar em vigor no próximo dia 1 de Dezembro a nova "Lei da Nacionalidade", vão ser criados gabinetes para dar apoio e prestar esclarecimentos a estrangeiros que queiram obter a nacionalidade portuguesa, ao abrigo de um acordo entre o ministério da Justiça e o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

Estes gabinetes, para além de informações, também encaminham logo os processos, o que os torna mais úteis e eficazes, numa altura em que a nova legislação é muito mais justa em relação aos imigrantes de segunda e terceira geração.



ADFA participa

Encontro sobre psiquiatria

Nos dias 21, 22 e 23 de Setembro último decorreu em Coimbra o "Encontro Científico de Psiquiatria de Catástrofe e Intervenção na Crise", organizado pelo Serviço de Psiquiatria do Hospital Regional n.º 2 (HMR 2), de Coimbra, tendo como temas genéricos as ameaças de catástrofe, catástrofes anteriores em Portugal, catástrofes internacionais e intervenções psiquiátricas de crise.

De especial interesse para a ADFA foram os workshops sobre "Experiência de um militar num País em crise" (maj. gen. Martins Ferreira, da BLI), "Catástrofes Internacionais", com intervenções do prof. Francisco Orengo Garcia, que narrou a sua experiência com os atentados de Atocha, Madrid, em 11 de Março, e do prof. Ilan Kutz, de Israel, já nosso conhecido desde o Seminário de Leiria. Intervieram também o maj. gen. Pezarat Coreia, sobre problemas decorrentes da guerra, e a dra. Maria do Rosário Farmhouse, sobre os dramas dos refugiados. Este workshop teve como presidente da mesa o maj. gen. médico dr. Nunes Marques., também nosso conhecido.

Foi ainda apresentado um filme sobre "O acompanhamento psicológico das forças da GNR no Iraque" (dr. Vítor Almeida) e uma intervenção sobre "O Serviço de Saúde Militar nas operações de resposta à crise", pelo cor. méd. Abílio Gomes.

Não se esgota naturalmente aqui o interesse deste Encontro, no qual participaram outras figuras como o professor Afonso de Albuquerque, aguardando-se a publicação das conclusões desta iniciativa para dela ser dada a devida divulgação.

A ADFA esteve representada na abertura do Encontro pelo presidente da DN, Patuleia Mendes, e nos restantes trabalhos pelo 1.º secretário da DN, Santa Clara Gomes.



Colóquios nos Açores

No passado mês de Outubro foram realizados nos Açores dois Colóquios, tendo por tema a deficiência e a inclusão, patrocinados pelo prof. doutor Paulo Casaca, deputado pela Região Açoriana ao Parlamento Europeu. Este euro-deputado havia já anteriormente patrocinado uma iniciativa semelhante, com a participação da ADFA.

Um dos colóquios teve lugar no dia 13 de Outubro, na cidade da Horta, ilha do Faial, e foi realizado perante uma assistência maioritariamente constituída por jovens de uma Escola Secundária. De salientar a atenção e compostura com que aquelas dezenas de jovens acompanharam as apresentações efectuadas, sobretudo porque se tratava de um tema pouco simpático, que tende a ser ocultado pela sua incomodidade.

O outro colóquio foi realizado em Angra do Heroísmo, ilha Terceira, com uma audiência mais adulta, e algo mais participada.

Foram interventores Nuno Santa Clara, 1.º secretário da DN, que dissertou sobre aspectos legais dos deficientes militares(*), e Jerónimo de Sousa, do CRPG, que se debruçou sobre vários aspectos da exclusão pela deficiência e do modo de remediar essa situação.



(*): NR: pelo seu inegável interesse, e pela sua actualidade, reproduzimos a seguir esta intervenção, com o título "Deficientes militares e responsabilidade do Estado"

Deficientes militares e responsabilidade do Estado

Como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, um dos direitos consignados no diploma base da legislação sobre os Deficientes das Forças Armadas (DFA), o decreto-lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, é o da inteira reabilitação e reintegração do deficiente militar, inclusivamente através do trabalho remunerado.

Isto pressupõe não só o tratamento inicial do ferido, acidentado ou doente até ao máximo de recuperação física e mental possível, mas também a sua reabilitação funcional e profissional para a vida activa, e ainda que, de acordo com o n.º 9 do artigo 4.º do referido diploma, citando o seu articulado, "Será fornecido gratuitamente aos DFA todo o equipamento protésico, plástico, de locomoção, auxiliar de visão e outros considerados como complementos ou substitutos da função ou órgão lesado ou perdido", e n.º 10 "Em todas as circunstâncias será garantida a manutenção ou substituição do material referido no número anterior, sempre que necessário e a expensas do Estado".

Este direito decorre naturalmente da responsabilidade do Estado e da sua solidariedade com os seus agentes, como já tínhamos dito. O sistema de auto-seguro a isso obriga.

Mais adiante, no número 5 do artigo 14.º do mesmo decreto-lei, é dito que "Os DFA têm direito a tratamento médico-cirúrgico e medicamentoso e/ou hospitalização gratuitos em estabelecimento hospitalar do Estado, bem como a quaisquer meios auxiliares de diagnóstico, quando a natureza da moléstia que justifique o tratamento ou internamento estiver directamente relacionada com a lesão que determinou a deficiência".

Mais uma vez, estamos perante as consequências lógicas da assumpção pelo Estado da sua responsabilidade civil, e não da atribuição de qualquer benesse ou regalia de pendor elitista, ou mesmo de uma forma encapotada de retribuição, tipo remuneração acessória, que hoje nos esforçamos por combater.

Nem noutra sentido vai a lei geral, já que na muito recente regulamentação sobre a Assistência na Doença aos Servidores do Estado (ADSE), promulgada pelo decreto-lei n.º 234/05, de 30 de Dezembro, consta no número 2 do seu artigo 43.º que:

"...não são abrangidos pelo esquema de benefí-

cios concedidos pela ADSE os cuidados de saúde a prestar em resultado de:

a) De acidente em serviço ou doença profissional;"

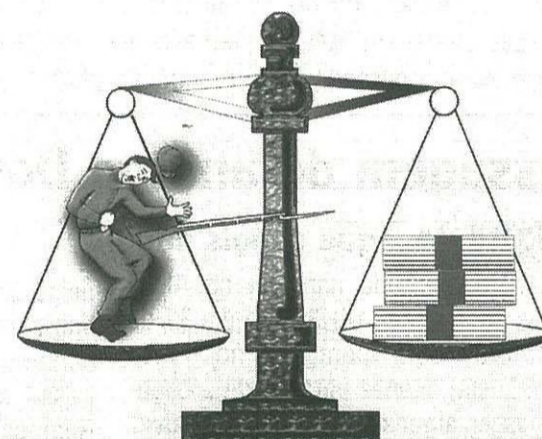
Este preceito mais não é que a confirmação da doutrina anterior, que o actual diploma revogou, mas acolhendo explicitamente no seu seio o que já era doutrina e prática consagrada.

Naturalmente que não se trata de abandonar os acidentados de trabalho, ou doentes em consequência do mesmo, à sua triste sorte. Bem pelo contrário, trata-se de reafirmar, de forma clara, que há que distinguir entre um sistema assistencial, semelhante ao existente no sector privado (não esqueçamos que por imposição do Estado) e a responsabilidade desse mesmo Estado como empregador. A única diferença, no nosso actual ordenamento, é que o Estado se auto-segura. E sendo assim, mal seria que não servisse de modelo às medidas definidoras de responsabilidade que impõe, e muito bem, à sociedade civil.

Sucede correntemente que, por dificuldades burocráticas a que se contrapõem certas facilidades de processamento das despesas através dos sistemas assistenciais, já rotinadas, acabam por ser suportados através desses sistemas encargos que, em boa verdade, deveriam ser suportados através do Orçamento Geral do Estado, esse sim, expressão das suas responsabilidades directas.

O universo dos deficientes militares não escapou a esta má prática, facilitada ainda pelo facto de que, sendo a sua maioria reformados ou pensionistas, acabavam por ser ressarcidos das despesas que tinham. E, força é dizê-lo, pela nossa natural tendência em considerar que, afinal, o Patrão é o mesmo. A alteração da legislação, não prevendo esse ressarcimento, veio pôr a nu essa distorção, criando a sensação de que tinha sido cerceado o direito ao apoio integral e gratuito do tratamento das sequelas dos ferimentos ou doenças que lhes haviam valido a qualificação de deficientes militares, isto é, em serviço e por motivo do mesmo.

A afirmação de que o Patrão é o mesmo não é correcta, nem mesmo no mais simples dos sistemas contabilísticos. Se me permitem o paralelismo, corresponde à generalização dos "malandros da justiça" em que o Malhadinhas, criado pelo inspirado Aquilino



Ribeiro, englobava toda a Administração Pública. E o resultado é que são erradamente onerados os sistemas assistenciais, já de si em dificuldades de tesouraria, e cuja sustentação hoje tanto se discute.

Mas, pior ainda, essa indefinição deixa ao sabor das dificuldades conjunturais, das variações de tabelas de comparticipações e do Orçamento do Estado o direito inalienável dos acidentados ou doentes em serviço quanto ao ressarcimento das despesas com a saúde, decorrentes das moléstias contraídas durante esse serviço e por motivo do mesmo.

Não se trata de uma mera arrumação contabilística. Repetindo, os sistemas assistenciais são isso mesmo, uma forma de redistribuição de recursos de forma a garantir a um conjunto de cidadãos o direito à saúde, que de outra forma dificilmente poderia ter concretização, se não plena, pelo menos aproximada; são, por natureza, variáveis em termos de recursos disponíveis e modos de proceder. Os encargos com as sequelas de ferimentos, acidentes ou doenças em serviço, mais concretamente em relação aos deficientes militares, decorrem da responsabilidade do Estado e têm de ser integralmente assumidos por este, não só por obrigação civil, mas também por dever de exemplo moralizador de quem tem de dar o tom às relações entre cidadãos entre si e com entidades colectivas.

Caso contrário, estaríamos a legitimar situações que podemos ilustrar como a de um sinistrado que, reclamando junto de uma seguradora a indemnização a que tinha direito, tivesse como resposta que, dados os fracos resultados do exercício do ano anterior, só seria possível pagar 70% daquilo a que legitimamente estava reclamando...

NSC - intervenção em Angra do Heroísmo, 14OUT06

Comemorações do Dia do Exército

O Estado-Maior do Exército vem dedicando o dia do Ramo ao seu patrono, D. Afonso Henriques, e por isso o homenageou no passado dia 24 na igreja de Santa Cruz, em Coimbra, templo onde se encontram os restos mortais do nosso primeiro rei.

A escolha de 24 de Outubro, como "Dia do Exército", assenta no facto de, naquela data de 1147, o monarca ter conquistado Lisboa aos mouros, efeméride da maior importância na vasta saga conquistadora do seu longo reinado.

Porém, as actividades oficiais, de maior envergadura, decorreram este ano na cidade de Évora, também conquistada por D. Afonso Henriques, já em 1165, e que, contrariamente a outras praças a sul, e até a norte, nunca voltou a ser reconquistada pelos mouros.

Esta parte das comemorações decorreu nos dias 21 e 22 antecedentes,

tendo na noite, do primeiro deles, sido levado a efeito um concerto no Teatro Garcia de Resende, da capital do Alto Alentejo, numa brilhante actuação da Banda Sinfónica do Exército, em sessão cultural de elevado nível, presidida pelo Chefe de Estado-Maior do Exército, general Luís Valença Pinto, que fez as honras de apresentação de cumprimentos aos convidados, antes do início do espectáculo.

As cerimónias de Évora, nas quais a ADFA esteve representada pelo presidente da Direcção Nacional, acompanhado pelo presidente da Direcção da nossa Delegação local, também expressamente convidado, continuaram no seguinte dia 22, com uma cerimónia militar, que contando com a presença do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, se iniciou com

uma alocução alusiva à efeméride pelo general CEME, na qual mencionou, mais uma vez, os deficientes das Forças Armadas, continuou com a imposição de condecorações a alguns militares e a um funcionário civil, e terminou com o desfile das forças em presença.

Para além dos citados actos, também em Évora estiveram patentes duas exposições, uma nos Paços do Concelho sobre "Miniaturas e Meios de Instrução de Sapadores" e outra, no Rossio de São Brás, sobre "Capacidades e Meios do Exército", esta com variadas e interessantes actividades, nomeadamente uma torre multiactividades, demonstração das capacidades da Secção Cinotécnica do Exército em termos de busca e detecção de droga no âmbito do Programa para a Prevenção e Combate à Droga, demonstração do Hospital Cirúrgico Móvel, exposição de viaturas blindadas (carros de combate e outras viaturas, assim como diverso armamento e equipamento utilizado no



Exército), demonstração de cozinhas de campanha e confecção de alimentos, realizando-se ainda, em parceria com a Universidade local, umas "Jornadas académicas" em que foram debatidos temas tais como, por exemplo, "A Guerra da Restauração no Alentejo" ou "As decisivas operações militares - A batalha de Montes Claros", enquanto se mostrava no Palácio Vimioso a exposição "História Militar e Património do Alentejo - O Além Tejo fronteira".

Em Portalegre, por sua vez, houve, no dia 19, um concerto pela Orquestra Ligeira do Exército, no Centro de Artes do Espectáculo.

Monumento aos Combatentes em Mirandela



Por iniciativa da Câmara Municipal de Mirandela e do conjunto de antigos combatentes daquele Concelho, a autarquia procedeu à construção de um monumento aos combatentes do Ultramar mirandenses, marco histórico que foi inaugurado no passado dia 5 de Outubro.

O monumento, erguido em zona arborizada, compõe-se de umas chapas com tratamento que lhes dá um ar de enferrujadas, simbolizando um carro de combate abandonado no mato, e por 6

mastros lembrando os novos países tornados independentes após a guerra colonial: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor.

A cerimónia foi presidida pelo presidente da Câmara, José Maria Silvano, e nela também participaram os presidente da DN/ADFA e representante local da Liga dos Combatentes, todos usando da palavra antes do acto formal da inauguração e do descerramento de uma

placa com os nomes dos 31 filhos do Concelho mortos nos três territórios onde se desenvolveram as acções da guerra colonial, tendo estado presentes também muitos ex-combatentes e familiares, público em geral, autoridades civis e religiosas, bem como um representante do general Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Ramo da Forças Armadas que desenvolveu nesse dia um festival aéreo de apoio a esta cerimónia e à homenagem que se prestava.

Protocolo Arquivo Histórico Militar - Museu da Guerra Colonial



No passado dia 26 de Outubro, na Sede nacional da ADFA, foi assinado, na presença do presidente da DN e de outros elementos dos Órgãos Sociais Nacionais da nossa Associação, um "Protocolo de cooperação no âmbito da museologia e da arquivística", de que foram signatários o Arquivo Histórico Militar, representado pelo seu director, tenente-coronel Aniceto Afonso, como 1.º outorgante, a Liga dos Amigos do AHM, representado pelo presidente da sua Direcção, coronel Sousa e Castro, como 2.º outorgante, e o Museu da Guerra Colonial, representado também pelo seu presidente de Direcção, Anquises de Carvalho, como 3.º outorgante.

No uso da palavra todos os intervenientes salientaram a necessidade de ser devidamente preservada a memória da geração da guerra colonial através do testemunho directo dos seus actores, de que, por exemplo, são documentos extraordinários os "bate-estradas", espelho vivido das condições materiais nas várias

frentes, mas também do sentir, da dor e do sofrimento das famílias. Sabendo-se que as novas gerações, como é tão comum, tendem rapidamente a esquecer, não "ligando" ao que para os seus pais e avós foi tão importante e guardado com tanto carinho, qualquer das entidades tem recolhido todo um património que lhe tem sido entregue, quer a título definitivo quer como depósito, salvaguardando assim um espólio histórico que em muito ajudará a compreender um período particularmente doloroso para a gente deste país.

Foi no sentido de desenvolver a cooperação entre as partes, valorizando o esforço de cada, principalmente quanto a localização e recolha do mais diverso material, que foi assinado este protocolo, como é também no sentido de colaborar com tal acção que lançamos o apelo para que os ex-combatentes, antes que as suas "recordações" se percam ou se estragam, as entreguem à guarda quer do AHM/Liga dos Amigos quer do



Museu, na certeza de que, se assim o desejar, as poderá reaver em qualquer altura.

E se pensa que o que tem guardado não interessa, porque não tira dúvidas perguntando junto de qualquer das entidades?

(AHM - 800 205 938 e Museu - 25 232 28 48)

Incumprimento da legalidade democrática



No dia 10 de Outubro passado foi apresentado, no Auditório Jorge Maurício, da ADFA, o relatório da "Comissão de inquérito ao incumprimento da legalidade democrática", entidade que as Associações Profissionais de Militares (APM) decidiram, em Maio deste ano, criar para "início de um processo de inventa-

riação das situações de incumprimento, sistemático e repetido, de normativos legais, ... com que se defrontam os militares das Forças Armadas".

Integrada por representantes das ASMIR (Associação de Militares na Reserva e Reforma), ANS (Associação Nacional de Sargentos), AOFA (Associação de Oficiais das Forças Armadas) e APA (Associação de Praças da Armada), sendo seu coordenador o tenente-general PA Silvestre dos Santos, a Comissão produziu um extenso documento em que dá conta, não sendo exaustivo, de imensas situações que "são, na realidade, todas elas, muito preocupantes pelo significado

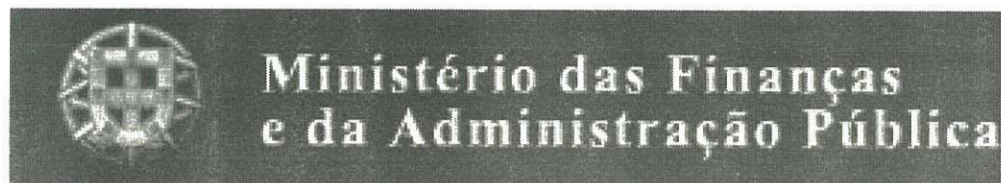
que têm: o desrespeito continuado pela lei que se verifica num estado de Direito.", sendo na sessão feita alusão à coincidência de, em dias anteriores próximos, tanto o presidente da República como o primeiro-ministro terem feito públicos apelos ao cumprimento e respeito das leis.

Abrangendo infracções, ou incumprimento, de variada legislação, o Relatório não deixa de referir, por exemplo, a ADM, o IASFA, a pensão de preço de sangue, os acidentes em serviço, os antigos combatentes, etc., etc., tendo sido enviado às mais altas entidades políticas, militares e judiciais do país.



DN esclarece e informa

IRS – deficientes debaixo de mira



Caiu que nem uma bomba na opinião pública, e nas nossas mentes, a intenção do Governo de, através da sua proposta de Orçamento de Estado para 2007, alterar substancialmente a filosofia de benefícios fiscais que, em sede de IRS, a reforma promovida em 1989 criou para os deficientes portugueses.

Antes de mais, independentemente do agravamento da tributação para este sector fragilizado da nossa população, a ADFA quer claramente reforçar o seu sempre assumido entendimento de que as pensões dos deficientes das Forças Armadas, compensação dos danos adquiridos no cumprimento do dever militar a que foram chamados, têm carácter indemnizatório e que, exactamente por derivadas do preceito constitucional de cumprir o serviço militar em tempo de guerra, não podem estar sujeitas ao pagamento de impostos.

Este princípio tem sido defendido com veemência pela ADFA quer nos órgãos de Comunicação Social televisiva e radiofónica onde se tem expressado, quer em recente documento de tomada de posição veiculado junto da Presidência da República, secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, Adjunta e da Reabilitação e da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Comissão Parlamentar de Defesa e líderes de bancada de todos os grupos parlamentares na Assembleia da República, do qual se extrai, como fundamental:

- A clara intenção do Governo da redução dos reconhecimentos fiscais àqueles que sofrem de deficiências de porte notável, as de avaliação igual ou superior a 60%, torna-se evidente na proposta de Orçamento Geral do Estado, para o ano de 2007, pela alteração da respectiva filosofia tributária, e a eliminação e redução de uma série de majorações e benefícios, colocando a nu que os deficientes estão constituídos em objecto preferencial do sistema tributário português.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas sempre defendeu, e continua a defender, que as pensões dos que, na flor da vida e no cumprimento do dever militar, foram levados a combater numa guerra para que a Pátria os chamou, têm carácter indemnizatório, pelo que os seus montantes nem sequer devem

estar sujeitos a qualquer tributação, pois demos ao Estado o mais alto valor que possuíamos, para ter o reconhecimento económico e moral que a Nação nos deve: O NOSSO PRÓPRIO SANGUE!

A nosso ver, foi significativamente positivo o entendimento do legislador da reforma fiscal de 1989, ao introduzir, no EBF, um artigo de cariz social e solidário, consignando benefícios fiscais aos cidadãos portadores de deficiência de grau igual ou superior a 60%, em acto claramente compensatório àqueles cidadãos, face à resistência, ainda prevalecente, de acolhimento pleno da sua presença na comunidade, seja na integração laboral ou na sua inclusão social; em suma, na aplicação da cidadania total, que lhes consagra o art.º 71.º da Constituição da República, designadamente o seu n.º 2.

Por outro lado, não nos parece correcta a tábua rasa feita à forma igualitária como são tributados os deficientes, seja a sua incapacidade avaliada em 60% ou 100%, eliminando-se, assim, a incidência mais favorável, que acolhia a franja daqueles classificados como afectados por grau de deficiência igual ou superior a 80%.

Ao pretender revogar-se todo o art.º 16.º do EBF, elimina-se também uma sua indicação especial, referida na alínea b) do respectivo n.º 1, que acolhe na estrutura daquele diploma o sentimento expresso pela ADFA da especificidade das pensões dos deficientes das Forças Armadas.

Da proposta do OE ressalta a extinção de uma filosofia social, agora a ser delapidada, em perfeita contradição com a política inclusiva da Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto, que proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde, e do I Plano de Acção Para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2006, de 21 de Setembro.

Não pode, pois, deixar de se evidenciar o nosso desacordo em relação a esta filosofia errática que, em vez de desincentivar ao trabalho os cidadãos portugueses com deficiências significativas, ou ao não aplicar reconhecimento solidário aos que usufruem de pensões indemnizatórias ou compensatórias das suas

profundas incapacidades, deveria antes manter-se mais social, com o que a comunidade em geral não deixaria de concordar.

A análise e comparação de liquidações, efectuadas à luz do sistema tributário vigente e do proposto pelo projecto de Orçamento de Estado, é a clarificação cabal de todos os alertas já feitos pela ADFA, perante a comunicação social, no que se refere a uma tributação indesejável, e que fere o carácter indemnizatório das pensões dos deficientes das Forças Armadas, penhor do seu sacrifício e do derramamento do seu sangue, impostos pelo dever pátrio, não sem termos em conta solidária o que esta pretendida tributação afecta toda a população deficiente, quer na execução do seu sagrado direito ao trabalho, quer nas reformas a que, justamente, têm direito.

O total esvaziamento de deduções e benefícios fiscais, agora a retirar aos deficientes segundo este projecto, a montante do apuramento do rendimento colectável, promove uma elevada subida de escalão, a que os deficientes passam a estar sujeitos, uma divergência pouco acutelada, no nosso entender, a não ser que seja mesmo essa a vontade penalizadora do Governo

Em suma, foi isto que a ADFA colocou à análise dos acima citados responsáveis políticos, para que seja retido que os deficientes das Forças Armadas são credores de um respeito especial, por parte da Nação e dos Órgãos de Soberania, provindos de escrutínio demonstrador da vontade explícita das gentes lusas, que nutrem um sentimento afectivo pelas suas Forças Armadas e por aqueles que entregaram quase tudo o que dispunham, ao seu serviço e às superiores ordens da Pátria. –

A finalizar, informa-se que, pelos cálculos apurados para os anos de 2006 e 2007, baseados no 1.º escalão de vencimento de cada um dos postos, dos deficientes das Forças Armadas com 60% ou mais de incapacidade, e com reporte ao salário mínimo nacional em vigor para o corrente ano:

- as pensões dos deficientes em serviço, dos em serviço de campanha e das praças DFA, não são abrangidas pelo sistema proposto de tributação;
- as de um 2.º sargento, pelo regime vigente, não são tributadas, passando pelo proposto a pagar cerca de 550 euros e,
- as de um alferes, também não tributadas actualmente, passariam a pagar cerca de 1100 euros.

Lar Militar – Novos desenvolvimentos

A situação do Lar Militar foi, e continua a ser, uma preocupação constante da ADFA, no sentido de que seja garantido o mais eficiente apoio, e conseqüente qualidade de vida, aos nossos camaradas ali residentes.

Tal preocupação não se restringe ao conjunto de deficientes militares hoje ali alojados, dado que os horizontes da ADFA se projectam e perpetuam no futuro, verificada que é a verdade das condições ali existentes, logicamente com a necessidade de serem melhoradas para que aí possam recolher-se os grandes deficientes militares dependentes, logo que disso necessitem e pretendam.

Tem sido árdua, ao longo dos tempos, a tarefa da nossa associação na consecução de condições claras para que a rapidez de internamento, a humanização da

permanência e a eficácia dos serviços tornem o mais agradável possível a vida dos que ao Lar Militar se têm que acolher. Porém, nenhum ministro da Defesa Nacional, antes de Luís Amado, foi tão incisivo no apoio às razões da ADFA e tão objectivamente lhes tenha dado seguimento. Por sua indicação, todas as reuniões do Conselho Consultivo de Apoio aos Deficientes das Forças Armadas/CCADFA ocorridas no presente ano tiveram com ponto único da Ordem de Trabalhos o Lar Militar e muito aí se avançou em termos de filosofia e horizontes de desenvolvimento para aquilo que deve ser, já amanhã, aquela estrutura residencial.

Aliás, Luís Amado foi bem claro quando, na sua alocução no 32.º aniversário da ADFA, afirmou: “É preciso retomar os princípios fundadores do Lar Militar,

como também é preciso que algumas ideias, que entretanto se consideraram ao longo destas últimas décadas sobre outro tipo de desenvolvimentos que podiam ter sido encontrados para o Lar, não sejam de forma alguma incompatíveis com o que é seu cerne essencial e o seu fundamento. E o seu fundamento é justamente o de orientar uma vocação específica para o apoio à 3.ª idade dos deficientes das Forças Armadas.”

Nessa sequência, e antes da sua saída para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, muito trabalho ficou preparado, o que levou a que logo em 18 de Julho, início do seu mandato como secretário da Defesa Nacional, o dr. João Mira Gomes tenha proferido o seguinte Despacho (sobre a Informação n.º 347/DSSAS/DAS, de 03.06.2006, da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar), disponibilizado à



CADERNO ELEITORAL

TRIÊNIO 2007/2009

LISTAS E PROGRAMAS

APELO DA MAGN

As eleições são um momento de participação associativa de grande importância e reflectem também a nossa força.

A MAGN apela a todos os associados para que, no dia 25 de Novembro, exerçam o seu direito de voto, numa demonstração de maturidade e dinamismo associativo.

Lembra-se aos associados que para exercerem o direito de voto devem ter as quotas em dia e ser portadores do número de associado (cartão) e identificação.

A MAGN



Órgãos Sociais Nacionais

Lista: B

Mesa Assembleia Geral Nacional

Presidente:	Joaquim Mano Póvoas	n.º 252
1.º secretário:	Jaime Ferreri de Gusmão Gonçalves	n.º 2420
2.º secretário:	Bernardino Guimarães Correia	n.º 6220

Direcção Nacional

Presidente:	José Eduardo Gaspar Arruda	n.º 593
1.º vice-presidente:	Artur José Caldeira Vilarés	n.º 8626
2.º vice-presidente:	Manuel Lopes Dias	n.º 379
1.º secretário:	Sérgio Francisco Carapeto Azougado	n.º 12183
2.º secretário:	Rui dos Santos Brás Bernardo	n.º 15651
3.º secretário:	Arlindo dos Santos	n.º 318
Tesoureiro:	Armindo Marques Matias	n.º 53

Conselho Fiscal Nacional

Presidente:	Liakatali Fakir	n.º 9425
Secretário:	José Carlos Ferreira Pavoeiro	n.º 8617
Relator:	Carlos Manuel Pereira	n.º 13651
1.º vogal:	António de Almeida Alves	n.º 431
2.º vogal:	José Cardoso	n.º 1892

PROGRAMA DE ACÇÃO

*GOVERNAR A ADFA COM OS ASSOCIADOS,
PARA OS SERVIR MELHOR GARANTINDO, ASSIM,
UMA INSTITUIÇÃO MAIS SOLIDÁRIA E REIVINDICATIVA!*

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL - MAGN

Todo o associado sabe ou, pelo menos, deverá conhecer qual o seu papel, no momento em que se inscreve como sócio de uma associação. Para estar devidamente identificado com o seu papel torna-se necessário conhecer um conjunto de princípios básicos que consubstanciam as normas que, legalmente, se designa por estatuto associativo. Na Associação de Deficientes das Forças Armadas, estes princípios estão vertidos em vários artigos:

Em jeito de síntese focalizemos a nossa atenção sobre alguns destes princípios:

- O sócio deve estar identificado com os objectivos da instituição. Na ADFA tais objectivos estão vertidos no articulado do artigo 4.º dos Estatutos;
- O sócio no momento da sua admissão adquire direitos (artigo 10.º) e assume deveres (artigo 11.º);
- A organização, ADFA, é representada por sócios que se disponibilizaram para o exercício de funções em órgãos sociais eleitos em sufrágio universal pelos seus associados e com atribuições definidas para cada órgão. (artigos 16.º a 58.º) dos Estatutos.

Ora, num momento em que está causa a eleição de novos órgãos associativos da ADFA, quer de âmbito nacional quer local, é normal que as listas candidatas apresentem os seus programas ou linhas de orientação, para o mandato a que se propõem.

Salvaguardando o facto da eleição ser efectuada para os diferentes órgãos sociais através de listas homogéneas onde deverá transparecer a sintonia de objectivos, não será de excluir o direito de consciência de cada um em contribuir, de forma crítica mas construtiva, para o enriquecimento do todo associativo.

Os sócios que se candidatam à Mesa da Assembleia Geral Nacional da ADFA, são conhecedores das virtudes da nossa associação e das fragilidades que a enfermam desde a sua fundação até aos dias de hoje.

Respaldando algumas alíneas do nosso Estatuto diríamos que:

- A qualquer associado impõe-se o dever de exercer com eficiência os cargos para que for eleito;
- Exercer as suas funções dentro dos poderes e competências do órgão a que pertence e no cumprimento das deliberações dos órgãos estatutários competentes.

O senhor associado deverá ter reparado que, até agora, estivemos a referir-nos aos aspectos legais que enformam a nossa associação, desde a admissão do associado, deveres e direitos do mesmo, estrutura orgânica e social e sua representação.

Mas, impõem-se a pergunta. Será que é ou deverá ser esta a função dos representantes da Mesa da Assembleia Geral Nacional da ADFA?

Certamente que não só. Se o fosse, estaríamos a fazer uma interpretação restritiva e meramente de direito das suas funções e atribuições.

Para além de presidir ao órgão nacional de deliberação universal de todos os associados (Assembleia Geral de Associados) e de coordenar as reuniões do Conselho Nacional caberá aos associados que compõem a Mesa da Assembleia Geral Nacional:

- Contribuir para a dignificação e continua afirmação da ADFA;
- Contribuir para a coesão da ADFA;

- Contribuir para a boa relação institucional dos diferentes órgãos associativos, nacionais e locais, no respeito pelas competências de cada um;
 - Contribuir para que, perante o exercício da liberdade de expressão de cada um, vingue o espírito de respeito pela instituição e por aqueles que legitimamente a representam;
 - Contribuir para que, à dialéctica perniciosa se sobreponha o debate construtivo.
- Porque somos adeptos da objectividade e privilegamos a acção às palavras, julgamos deixar, neste pequeno texto, aquilo que nos move para dignificação e afirmação da ADFA.

DIRECÇÃO NACIONAL - DN

INTRODUÇÃO

A ADFA vai viver mais um período de eleições. Como instituição democrática que nos orgulhamos de ser, compete aos associados escolher os futuros dirigentes e sufragar novos programas.

Enfrentamos actualmente grandes desafios. Vivemos tempos de complexidade, de conflitualidade e de incerteza. Tempos difíceis e exigentes. O presente não permite, por isso, alheamentos. Antes impõe claros deveres de intervenção nos vários níveis por que se desdobram as nossas vidas.

Estamos hoje, todos sabemos, numa nova fase da vida da humanidade. A globalização e os fenómenos que dela derivam, originaram mudanças radicais em todos os domínios. Assuntos como coesão e justiça social versus desenvolvimento económico, sustentabilidade, participação e cidadania activa, empreendedorismo social, assumem hoje uma importância acrescida face à difícil conjuntura social, económica e política que o Mundo atravessa.

A questão fundamental que hoje se coloca aos cidadãos e às organizações que os representam é a de tentar encontrar soluções para o problema da "cidadania global". Impedir que, num Mundo global, os cidadãos se vejam afastados das decisões que são tomadas em seu nome sem que todos e cada um de nós possa influenciar senão muito débil e indirectamente o sentido dessas decisões e os efeitos que elas provocam.

Poucas vezes terá sido tão clara a percepção dos limites da capacidade das instituições fazerem face, isoladamente, aos desafios que defrontam.

Também a nível interno, e passados 32 anos da fundação da ADFA, encontramos-nos, uma vez mais, numa etapa crucial. Vivemos, num passado recente, momentos conturbados da nossa história. Momentos que não podem ser ignorados ou omitidos, como é, nomeadamente, o caso do Memorando da DN sobre os direitos dos deficientes militares e a situação vivida entre os Órgãos Sociais Nacionais e a Delegação de Lisboa que conduziu ao seu encerramento temporário e, também, a questão da Delegação de Coimbra relacionada com a venda e/ou troca de imóveis, que merecem uma séria e exigente reflexão de todos nós, para além da divisão que nos trouxe a aprovação do Decreto-Lei n.º 134/97, de 31 de Maio. Perdemos força! Temos grandes e sérias questões por resolver que exigem uma entrega associativa permanente e não se compadecem com fechamentos e incomunicabilidades institucionais. É a hora da reconciliação associativa. Neste preciso momento perdemos as ADM's e, concretamente, na proposta do Orçamento de Estado para 2007 o Governo propõe-se retirar direitos aos deficientes, tocar na nossa Pensão de Sangue. Estamos indignados e perplexos!

Teremos de saber antecipar e ajustar-nos às mudanças, de modo coerente, atempado e proactivo e assumirmo-nos como parte da solução para os problemas, cada vez mais complexos que nos assolam.

Esta candidatura surge determinada a levar à prática um plano de acção, com a participação dos associados, que queremos, ambicioso nos seus objectivos e meios, credível nas suas posições de defesa dos interesses daqueles que representamos, vigoroso nas suas políticas e acções.

Mas, surge determinada também, a aproveitar aquilo que de mais importante temos nesta instituição. A liberdade de expressão, o pluralismo, o debate, a discussão, o confronto salutar de ideias, a capacidade colectiva de inventar, de realizar e de transformar.

Caros Associados, sabemos que vivemos momentos difíceis, mas sabemos quem somos! Conhecemos o nosso legado para a História de Portugal e para a implementação da democracia. Agora, como no passado, importa assumir sem complexos, o lema da nossa fundação: "vítimas justas de uma guerra injusta". Foi assim que conquistámos o Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro. Somos credores e merecemos a justa reparação moral e material da Nação, porque fomos obrigados a participar na guerra colonial. Somos cidadãos de pleno direito, porque soubemos afirmarmo-nos como tal.

Sermos capazes de conciliar a nossa identidade estatutária e histórica com a novas realidades do país e da Europa, afirmando-nos como um parceiro responsável e credível mas que não abdica da capacidade de decisão e que afirma o primado da vontade dos seus associados, deverá constituir um objectivo de todos nós.

É preciso ter visão de longo prazo, ousar, fazer pedagogia, elucidar e mobilizar. Afrontar uma lógica estabelecida, vencer resistências e desagradados. É a forma de fazer prevalecer o interesse geral sobre os interesses individuais ou de grupo. Esta mensagem é, em primeiro lugar, para os membros desta candidatura, queremos ser parte da mudança. Desejamos contar com o vosso contributo, para esta tarefa, com a participação, envolvimento, confiança e empatia colectiva de toda a ADFA.

RAZÕES DA NOSSA CANDIDATURA

- Manter viva e actualizada no quotidiano dos cidadãos a memória, os valores, os princípios e a história da ADFA, relembrando o contributo da geração da Guerra Colonial para o 25 de Abril e sublinhando que constituem a matriz essencial da democracia portuguesa;
- Conseguir uma ADFA mais unida e coesa, que respeita a pluralidade e o confronto salutar de ideias e projectos, que privilegia o debate e o compromisso mas que afirma o primado da vontade da maioria, no total respeito pelo espírito que presidiu à sua fundação, em 14 de Maio de 1974;
- Consolidar o papel interventor da ADFA no quadro da Política Nacional de Reabilitação e no movimento associativo, avocando a amadurecida consciência colectiva, a irrepreensível responsabilidade cívica e a inabalável vontade desta instituição, em construir uma sociedade crescentemente inclusiva;
- Pugnar intransigentemente pela manutenção dos direitos adquiridos, pela resolução dos inúmeros problemas que afectam os deficientes militares e suas famílias e pelas reformas sociais que urge implementar, exigindo a ADFA assumir um papel activo na busca de soluções. Neste contexto, vamos criar condições para propor ao Conselho Nacional a convocação do 5.º Congresso da ADFA;
- Promover uma participação activa da ADFA na Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra - FMAC, potenciando o papel desta organização na defesa intransigente da



- Paz, da solidariedade, do direito comparado, dos direitos humanos e da reabilitação, com realce para as sequelas resultantes dos conflitos regionais, pós 2.ª Guerra Mundial;
6. Impulsionar a cooperação com as organizações de deficientes e combatentes dos PALOP's, valorizando a herança histórica que herdámos conjuntamente, consolidando uma nova dimensão ética das relações com estas organizações, assente nos princípios da solidariedade e da igualdade;
 7. Reforçar as relações com os órgãos de soberania, poder local, partidos políticos e sociedade civil, numa óptica de co-responsabilização social e cidadania activa e participativa, com confiança na solidez das instituições e na força da democracia para enfrentar os problemas da comunidade nacional;

PLANO DE ACÇÃO

1 - Reivindicações

Desenvolver uma estratégia reivindicativa, norteada pelos princípios consignados no Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, constitui uma prioridade para a nossa candidatura.

Uma estratégia que para ser incisiva e eficaz, terá de ser adoptada e assumida pela ADF (Associação de Deficientes Militares) no seu todo (Associados, Órgãos Nacionais e Delegações).

Assim, pugnamos intransigentemente por:

- a) Repor, urgentemente, os direitos consignados pelas ADM's (Assistência na Doença aos Militares), referentes à assistência médica e medicamentosa aos deficientes militares e familiares retirados pelo Decreto-Lei n.º 167/05, de 23 de Setembro;
- b) Promover junto do Ministério da Defesa Nacional - MDN, a título urgente, a aprovação de uma proposta de Decreto-Lei que consigne, sem equívocos, o direito à assistência médica, medicamentosa, protésica e ajudas técnicas para todos os deficientes militares, regulamentando-se assim o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro;
- c) No seguimento da proposta aprovada na Assembleia Geral Nacional - AGN, de 2005, no Porto, reforçar com veemência junto do MDN:
 - Alargamento do conceito de campanha de acordo com a proposta da ADF, aprovada no IV Congresso e oportunamente enviada ao MDN;
 - Repor a escala indiciária a que os furréis têm direito e que lhes foi retirada;
- d) Pugnar junto do MDN a reposição do suplemento de pára-quedistas aos DFA's;
- e) Afim de ultrapassar, com clareza, a situação criada pelo Decreto-Lei n.º 134/97, de 31 de Maio, solicitar a uma entidade jurídica reconhecida um estudo que clarifique a apreciação deste Decreto-Lei, de forma a permitir à ADF, definir a estratégia adequada para atingir os princípios da equidade e de justiça no seio dos Deficientes das Forças Armadas - DFA's;
- f) De acordo com o espírito e letra do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, considera-se justa a reivindicação do direito à colocação no último escalão do posto;
- g) Intervir junto do MDN em relação à aplicação do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro, no sentido contrário à interpretação feita pela Caixa Geral de Aposentações - CGA, em relação aos deficientes militares a quem foi ou é atribuída uma incapacidade inferior a 30%, considerando-os sem direito a qualquer reparação material e de assistência médica;
- h) Reequacionar toda a problemática relacionada com as viúvas dos deficientes militares no sentido de melhorar a sua qualidade de vida, reconhecendo o papel indispensável que desempenharam ao longo da vida substituindo-se em muito aos deveres do Estado perante aqueles que se deficientaram no cumprimento do serviço militar obrigatório;
- i) Reivindicar junto do Governo que a Rede Nacional de Apoio - RNA ao Stress de Guerra funcione efectivamente para dar resposta aos problemas prementes de um número significativo de deficientes e ex-combatentes que no dia a dia enfrentam os traumas da guerra com manifestos prejuízos pessoais e familiares. Pretendemos que esta RNA tenha como pólos fundamentais da sua actuação as ONG's de deficientes militares e ex-combatentes que desempenham já no terreno trabalho meritório e de referência nacional;
- j) Pugnamos pela resolução de questões mais específicas como é o caso do risco de voo, milícias, promoção no âmbito do Decreto-Lei n.º 43/99, apoio aos associados de origem africana que por razões várias se deslocam a Portugal para reivindicar as reparações morais e materiais a que têm direito e cujos os processos se arrastam indefinidamente pelas repartições militares, ofendendo a dignidade e os direitos humanos;
- l) Estaremos atentos ao processo de contagem de tempo de serviço para efeitos de reforma dos deficientes militares, elaborando uma proposta que reponha de novo em discussão a idade da reforma para os deficientes militares tendo em conta o desgaste durante a guerra como no enfrentar diário da sua deficiência. Nesta matéria de reivindicações reafirmamos que cada caso individual merecerá, da nossa parte, o mesmo empenhamento, disponibilidade e solidariedade dispensadas aos problemas gerais;
- m) Reivindicar junto do Governo, após discussão interna, o reconhecimento da especificidade de deficiente militar.

Concomitantemente, iremos desenvolver todos os esforços no sentido de:

- Reforçar o papel da ADF junto do Conselho Consultivo para os Deficientes das Forças Armadas - CCPDFA, estrutura privilegiada do MDN para equacionar e propor medidas para equacionar os problemas dos deficientes militares;
- Implementação, no MDN, de um serviço específico para os assuntos dos deficientes militares;
- Realização de um Seminário, em conjunto com o MDN, que aborde as grandes questões que se colocam hoje aos deficientes militares, com particular enfoque na saúde, assistência protésica, ajudas técnicas, funcionamento dos hospitais militares, envelhecimento e agravamento da deficiência.

2 - Vida Associativa

2.1 - Jornal ELO

Instrumento privilegiado de divulgação dos valores e da vida associativa da ADF, queremos que constitua também a via, por excelência, de diálogo com os associados e de coesão interna. Queremos um jornal democrático e não corporativo, que garanta o pluralismo, a liberdade de opinião e de expressão. Que reflecta e respeite os anseios, as convicções e opiniões e ideias de todos e não só de alguns. Um jornal aberto a novos públicos mas coerente com os princípios e valores que defendemos.

2.2 - Relações com as Delegações

As delegações são o cordão umbilical da ADF com os associados. Sabemos que as organizações democráticas se consolidam da base para o topo, do indivíduo para a representação. Queremos, por isso, estreitar as relações e reforçar a participação e o envolvimento dessas estruturas, inclu-

do os núcleos, na definição de estratégias e políticas a prosseguir e nas tomadas de decisão dos órgãos nacionais, respeitando e afirmando o primado da vontade dos associados.

Neste contexto, teremos em especial consideração a questão do funcionamento e desenvolvimento das actividades da delegação de Lisboa, instalada na Sede Nacional, respeitando os Estatutos da ADF, e as decisões emanadas do Conselho Nacional de 18 de Março de 2005

Assumimos, neste mandato, criar as condições para analisar, discutir e propor um estatuto especial de enquadramento associativo das delegações das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, de acordo com o artigo 64.º dos Estatutos.

Face à complexidade e realidade, o núcleo de Maputo, em Moçambique merecerá a nossa melhor atenção e empenho, no sentido de responder aos graves problemas que vivem muitos daqueles associados e seus familiares directos.

3 - Reabilitação

Tendo sido a ADF pioneira na filosofia de reabilitação pós 25 de Abril e, face aos instrumentos legislativos recentemente aprovados, como seja o I Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidades - PAIPDI, DL n.º 163/2006, de 8 de Agosto, das acessibilidades, a Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto, da não discriminação e o Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005 - PNAI, no âmbito da Lei de Bases do Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto), consideramos que o Governo e demais órgãos de soberania assumiram compromissos para com os deficientes, que a nossa associação saúda numa postura de participação activa para que se passe de imediato e a curto prazo da letra da lei à prática.

Assistimos, no entanto, com alguma perplexidade a contradições entre a legislação atrás referida e a proposta do Orçamento de Estado para 2007, nomeadamente, em matéria de benefícios fiscais das pessoas com deficiência e a publicação do famigerado DL n.º 128/2006, de 5 de Julho, que aprova matrículas especiais para as viaturas dos deficientes, o que para além de nos indignar nos dá alento para exigir o cumprimento integral dos princípios da singularidade, cidadania, não discriminação, autonomia, informação, participação, globalidade, qualidade, do primado da responsabilidade pública, transversalidade, cooperação e solidariedade.

3.1 - Projecto ADF Rede Solidária (prioritário)

Confrontada com o agravamento da deficiência, desagregação familiar e envelhecimento, a ADF considerou imprescindível e prioritário, avançar com um projecto que responda às novas necessidades dos deficientes militares e suas famílias.

A 17 de Maio foi firmado um Protocolo com o Instituto Superior de Psicologia Aplicada - ISPA, que tem como objectivo fundamental, fazer um levantamento sobre o estado de inclusão dos deficientes militares e suas famílias, passados que são 32 do final da Guerra Colonial.

Para que este projecto se constitua com um instrumento eficaz para a melhoria da qualidade de vida dos deficientes militares, é necessário a adesão activa de todas as delegações e reforçar o envolvimento dos Ministério da Defesa Nacional, em particular, e do Trabalho e Segurança Social e Saúde.

Neste contexto propomos:

- a) Aumentar e alargar o âmbito e a qualidade dos apoios prestados aos associados, através da celebração de protocolos com entidades que intervêm directa ou indirectamente na melhoria da sua qualidade de vida - Segurança Social, Autarquias, Misericórdias, etc.;
- b) Implementar uma estrutura, de carácter consultivo, que coadjuve a DN a perspectivar e a actuar, face à difícil conjuntura social e económica actual, às alterações políticas e governamentais e consequentes mudanças de filosofia, de estratégias e políticas sectoriais e à exigência de modelos organizacionais assentes numa gestão eficiente dos seus recursos;
- c) Reforçar e consolidar o funcionamento da equipa técnica, criando para o efeito um departamento de âmbito nacional, no sentido de uma profissionalização na concepção e desenvolvimento de projectos e actividades que contribuam efectivamente para o aumento da qualidade de vida dos associados;
- d) Concitar o apoio de associados de reconhecido mérito nas áreas da reabilitação e integração social com o objectivo de valorizar o contributo associativo neste projecto prioritário para a ADF;
- e) Estreitar relações com o Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência - SNRIPD e pugnar por uma efectiva materialização das suas atribuições e competências, designadamente no que concerne ao apoio e cooperação com as ONG's.

3.2 - Projecto Centro Social da Delegação do Porto

Reconhecendo-se a importância deste projecto social, sediado na Delegação do Porto, promoveremos todos os esforços que levem à concretização deste designio importante para garantir, nas várias valências, a qualidade de vida dos deficientes militares e seus familiares. Sendo este projecto de cariz nacional, partindo da experiência adquirida pela Delegação noutros projectos, empenhar-nos-emos em que o mesmo seja assumido pelo todo associativo potenciando todas as sinergias que de tal facto advirão.

3.3 - Lar Militar

Considerando a importância do Lar Militar no acolhimento e internamento dos deficientes militares e face à escassez de meios nesta área pugnamos para que esta estrutura cumpra os objectivos para que foi criada, com um padrão de exigência de qualidade que todos os utentes merecem.

No seguimento das últimas demarches promovidas pela ADF junto do MDN em relação ao Lar Militar, vamos-nos empenhar com perseverança, competência e rigor na aplicação do recente despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Defesa Nacional, que manda, designadamente, efectuar uma avaliação externa à estrutura e aos serviços prestados tendo em conta os níveis de qualidade e multidisciplinaridade que o funcionamento deste tipo de equipamento social exige.

3.4 - Quinta das Camélias

Reanalisar todo o dossier referente à Quinta das Camélias (antiga EPAM) recorrendo-se, se necessário, à avaliação por uma entidade externa no sentido de definir uma estratégia sustentada e coerente, para o aproveitamento social desta importante infra-estrutura.

3.5 - Centro de Reabilitação Profissional de Gaia - CRPG

Tendo presente a importância do CRPG, considerado em Dezembro de 2000, como "Marca de Excelência" para centros de reabilitação europeus, pensamos ser urgente que toda a mais valia que este centro possui reverta, cada vez mais, a favor dos deficientes militares, na promoção da sua qualidade de vida, nas várias valências ali desenvolvidas.

Permitimo-nos, no entanto, realçar a valência das ajudas técnicas tão necessárias para a qualidade de vida dos nossos associados face ao desenvolvimento das novas tecnologias de reabilitação, devendo o CRPG constituir-se em referência para todos nós.

**3.6 - ADFA e a Sociedade da Informação**

No âmbito do bom relacionamento com a UMIC – Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, e Fundação Portugal Telecom, vão propor-se protocolos para projectos de modernização e inovação, colocando a ADFA a par das instituições que privilegiam a utilização da tecnologias de informação e comunicação – TIC:

- Criação de um novo cartão de Associado da ADFA, integrando as mais recentes tecnologias da informação e segurança de dados, (código de barras e banda magnética de identificação e reconhecimento do Associado no servidor central da sede nacional em tempo real, pagamento de quotas pelo sistema Multibanco, permitindo também pagamento de bens e serviços com o mesmo com condições vantajosas, etc.);
- Criação de gabinete nacional de apoio ao Associado e seus familiares na consultadoria (aconselhamento técnico na aquisição de equipamentos informáticos, periféricos informáticos, telemóveis, helpdesk para tirar dúvidas na utilização de computadores pessoais, etc.), assim como plena utilização de todos os recursos informáticos disponíveis no mercado;
- Criação de sistema de cópia de segurança dos dados informáticos para todas as Delegações;
- Criação de assistência remota on-line aos recursos informáticos das Delegações;
- Modernizar a página da Internet da ADFA, adaptando-a à utilização de bases de dados, disponibilizando por níveis de acesso, conteúdos acessíveis de grande interesse para Associados, familiares e público em geral, tais como todos os números do Jornal ELO desde a sua fundação, notícias actualizadas, ponto de encontro, vídeos, sons, documentos em Acrobat Reader (pdf), etc.;
- Disponibilizar on-line em catálogo todos os títulos das obras que constam do nosso Centro de Documentação e Informação - CDI;
- Aprofundar e desenvolver as relações com a Fundação PT para instalar na Sede Nacional um Centro de Recursos Informáticos destinado aos associados, outras pessoas com deficiência e comunidade em geral;
- No seguimento do intercâmbio existente entre a Fundação PT e a ADFA vamos pugnar para que seja assinado com a maior brevidade possível o protocolo referente ao Projecto Novas Tecnologias Aumentativas, envolvendo, particularmente, a Delegação de Évora, e cujo objectivo consiste em apoiar e desenvolver um conjunto de acções e tecnologias com vista à integração escolar, profissional e social de pessoas com necessidades especiais, em parceria com as universidades;
- Subscrever o protocolo com a Fundação PT destinado a acções de formação profissional na área das tecnologias da informação dirigida a trabalhadores e dirigentes.

3.7. – Sustentabilidade Económica / Financeira

No sentido de promover um modelo sustentado de crescimento, propõe-se:

1 – Desenvolvimento Económico

É sabido das dificuldades que todas as organizações, com especial relevância para as ONG's, partilham e que têm conduzido à diminuição de políticas sociais, que as mesmas aplicam no terreno em substituição do Estado.

Devemos, assim, aproveitar os recursos humanos e materiais já existentes na organização de maneira a desenvolver, sob o ponto de vista económico, essas estruturas, a saber:

- A assunção objectiva da clínica nacional da ADFA, enquanto elemento de extraordinária importância nas especialidades clínicas, cujo "Now How" é de valor considerado no exterior. Entende-se, por isso, necessário a celebração de protocolos com sistemas e subsistemas de saúde, tais como a ADSE e o Serviço Nacional de Saúde;
- Considerar o desenvolvimento da ADFA CAR na aplicação de novos serviços que apoiem directamente os associados e outros deficientes que se nos dirigem, com especial interesse na aplicação prática da actividade seguradora;
- Levar à prática a instalação de uma oficina de próteses, de preferência nas instalações do Lar Militar, utilizando experiências desenvolvidas no CRPG de Vila Nova de Gaia, racionalizando os meios existentes no Lar Militar, sobretudo aqueles que sobre o ponto de vista arquitectural apoiam a aplicação das próteses e sustentam as iniciativas da fisioterapia e as acções da fisioterapia.

A implementação de uma montra tecnológica de ajudas técnicas permanente, a aplicação de adaptações a veículos automóveis, a iniciativa de um protocolo com a Direcção Geral de Viação – DGV ou quem a substitua, possibilitando a renovação das cartas de condução aos deficientes e idosos que o queiram cumprindo, assim, as normas estabelecidas. Considera-se útil, ainda, a importação directa de materiais e equipamentos necessários à actividade da reabilitação;

- Protocolo com as entidades farmacêuticas no sentido de desenvolver a actividade de fornecimento de medicamentos nas nossas infra-estruturas ou ao domicílio;
- Enquadramento, no Programa de Desenvolvimento Associativo Nacional, a possibilidade de constituirmos uma frota de viaturas a enquadrar na Clínica Nacional, que façam o transporte de pessoas com mobilidade reduzida, pacientes e idosos tal como o previsto na Lei;
- Desenvolver, dentro dos limites estabelecidos pela Direcção Nacional, a Tipografia adaptando-a com os equipamentos indispensáveis e com instalações condignas, por forma a conduzir a um aproveitamento inequívoco das mais valias resultantes no apoio das acções associativas, sobretudo daquelas que se relacionam com as actividades na área da saúde e apoio social.

2 – Desenvolvimento Financeiro

É de importância vital a consolidação orçamental da ADFA por via da introdução de um programa financeiro a apresentar ao Conselho Nacional, com o objectivo inequívoco de uma orientação clara que conduza a um instrumento de gestão que oriente e equilibre, a curto prazo, as finanças da ADFA.

É particularmente relevante, nestes tempos tão difíceis, as contribuições dos associados, sabendo estes que um dos melhores serviços que a ADFA lhes presta é a presença permanente da defesa dos seus interesses e direitos, da sua condição social e sem a menor dúvida deixando na sociedade portuguesa uma marca histórica de valor incalculável.

A renovação e a contratação de recursos humanos são uma "peça" imprescindível à prática da boa gestão.

Assim, promoveremos contactos externos no quadro da responsabilidade social, desenvolver consultoria ao nível da estrutura da organização interna e da formalização do organograma, responsabilidades, procedimentos, entre outros.

A concretização destas políticas só será possível, tendo por base a norma SO9001:2000, a implementação de sistemas de qualidade que nos leva à realização de uma auditoria/diagnóstico à ADFA, certificando assim a organização com a qualidade exigida a uma Organização Não Governamental de grande expressão nacional e internacional.

3.8 – Relações Externas

- Na sequência da última reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus - CPAE, realizada em Praga, a ADFA assumirá o planeamento e a realização da próxima reunião europeia, apazada para Maio de 2008, assinalando simultaneamente os 25 anos da filiação da ADFA na FMAC;
- Utilizar o papel de relevo e de influência dos órgãos de comunicação social para evidenciar os problemas que se colocam aos deficientes militares e à ADFA;
- Desenvolver todos os esforços para a realização de um Programa "Prós e Contras" subordinado ao tema da deficiência, com enfoque particular nos problemas que afectam os deficientes militares, passados mais de 30 anos após o fim da Guerra Colonial;
- Ao nível do movimento de combatentes discutir e adaptar a estratégia para desenvolvimento da relação a estabelecer com este movimento, junto do Conselho Consultivo dos Antigos Combatentes, ao qual a ADFA manifesta a sua total solidariedade e compreensão pelos problemas que os afectam.
- Reforçar a cooperação institucional com outras ONG's, que se consubstancie numa força de pressão e influência junto dos agentes sociais económicos, forças sindicais e políticos.

NOTA FINAL

Acabamos de apresentar o programa eleitoral, que como qualquer trabalho deve ser olhado como um modesto contributo e que certamente merecerá um valioso enriquecimento de propostas por parte dos associados.

Os elementos que integram esta candidatura à DN e restantes órgãos estão cientes do momento difícil e complexo que se vive na ADFA, no País e no Mundo, por isso, acreditamos que o melhor caminho é o trabalho colectivo, é aceitar as críticas responsáveis, em suma conviver com a experiência frutuosa da participação associativa.

Entendemos que a ADFA se tornou grande e solidária quando os seus dirigentes souberam apreender a sabedoria associativa transmitida pelos associados, o que reforça a confiança entre dirigentes e associados.

É cada vez mais importante ouvir o que vai na alma de cada um de nós.

É este o momento de dar as mãos, um desafio que lançamos a todos os associados, pois todos fazem falta.

Na hora de fechar o programa - nunca está fechado! -, tentaremos passar uma mensagem ouvida de um escritor moçambicano, Mia Couto, aquando da apresentação de um dos seus livros, "O último voo do flamingo". Sabemos que estamos a ser ousados porque não temos a capacidade comunicativa e empatia do citado poeta, vamos tentar!

Assim, numa linda praia, lá para o centro de Moçambique foi estabelecido um diálogo entre uns veraneantes e um grupo de velhos pescadores que há muito não pisavam a citada praia de uma aldeia perto do mar. Foram encontradas algumas penas desconhecidas pelos visitantes da praia, os quais questionavam os velhos pescadores sobre a origem do pássaro que as teria por ali deixado. A resposta foi dada por um pescador mais velho, dizendo-lhes que pertenciam a um pássaro muito lindo, o flamingo, que há alguns anos não voava para aquelas paragens, já que aquele era um local onde a guerra tinha destruído muita coisa e também, o mais importante, os ninhos daquela espécie. Continuou o pescador, mas sabem irmãos a guerra felizmente já acabou e esse pássaro já pode vir e voltar a fazer os seus ninhos nestas encostas verdejantes junto a esta praia. É a hora da Paz!

Assim, caros associados, porque temos da Guerra Colonial muitas marcas para toda a vida, no nosso corpo e mente, esse cenário transmitido pelo pescador é-nos bem conhecido.

É por isso que o entendimento e a harmonia são elementos indispensáveis à nossa coesão associativa, apelamos a todos que voltem à ADFA pois fazem parte integrante dela, e os dirigentes precisam de sentir esse contrapoder associativo que é generoso e que contribui para que os dirigentes permanentemente se sintam afinal empenhados na resolução dos problemas dos deficientes militares.

Retornem ao ninho que é a nossa casa, a ADFA!

CONSELHO FISCAL NACIONAL - CFN

O Conselho Fiscal Nacional - CFN zelará isenta e escrupulosamente pelo cumprimento das disposições estatutárias e regulamentares.

A nossa actuação privilegiará a coesão associativa, concorrendo para a resolução de eventuais conflitos inter-órgãos numa base de diálogo, coerência, tolerância e solidariedade associativa.

Conselho Nacional

1 -José Clemente Gerales,	n.º 380
2 -Fernando Pinheiro Marques de Brito,	n.º 87
3 -Manuel Rocha Ferreira,	n.º 3144
4 -Augusto Oliveira dos Santos,	n.º 2440
5 -Isac Abreu Rodrigues,	n.º 816
6 -Afonso da Silva Almeida,	n.º 5323
7 -António Manuel Garcia Miranda,	n.º 3097
8 -Sílvio Ferreira Marques Lourenço,	n.º 8132
9 -José Martins Maia,	n.º 244
10 -António Capela Ferreira Gordo,	n.º 13581
11 -Mário Soares Dias,	n.º 716
12 -Rui Manuel Lopes Morgado Alves,	n.º 999
13 -Manuel José da Silva,	n.º 9748

Suplentes

1 -José Manuel Farinho Lopes,	n.º 839
2 -Orlando Álvaro Correia,	n.º 209
3 -José Bernardino Sardinha,	n.º 61
4 - Carlos Manuel Pereira,	n.º 585



Conselho Nacional – programa lista A

CANDIDATURA AOS ORGÃOS SOCIAIS DA ADFA

A nossa candidatura abarca princípios e medidas cujo objectivo é enfrentar com serenidade o presente e perspectivar cenários de integração em políticas específicas para consolidar ainda mais o futuro desta Instituição.

Em suma, elegemos quatro razões para vossa reflexão e adesão ao nosso programa:

- 1.ª - **Coração**
- 2.ª - **Racionalidade**
- 3.ª - **Coesão**
- 4.ª - **Estatutos**

Coração - Porque o risco da actividade militar pode gerar incapacidade que abarca maior complexidade que a relacionada com a natureza profissional ou mesmo natural, a defesa dos interesses **morais, económicos, profissionais, sociais e culturais** dos associados da ADFA tem de continuar como **objectivo estratégico** de persistência sobre a consolidação dos direitos especiais e gerais adquiridos na legislação nacional e de alargamento no âmbito dos Instrumentos Internacionais sobre as pessoas com deficiência.

Racionalidade - Porque é necessário desenvolver as actividades da ADFA segundo os princípios da gestão moderna "**gestão por objectivos**" no sentido da afirmação de prosseguir uma **estratégia coerente para sustentabilidade das estruturas existentes ou a criar**.

Esta perspectiva tem em consideração a necessária diversificação dos apoios aos associados, nomeadamente contribuindo para melhorar as condições de vida no seu meio habitual.

Coesão - Porque a coesão é um princípio que, por si só, pode **motivar os associados para a participação** na vida associativa da ADFA e **assegurar a sustentabilidade e a equidade** na defesa de uma justiça social para a generalidade dos associados. Importa, sobretudo, aproveitar a cooperação com vista a, na fidelidade ao passado, se abrirem novas perspectivas de futuro, salvaguardando a identidade da ADFA, e reforçando, em moldes mais sustentados, a articulação, quer no plano interno quer no plano externo, para o desenvolvimento de acções que abarquem as necessidades socio-económicas dos associados e estabeleçam a cobertura equitativa do âmbito territorial da ADFA.

Esta razão assume particular relevância considerando o necessário esforço para superar as necessidades dos associados mais idosos e do grupo, sem embargo do escalão etário, mais vulnerável, especialmente os grandes dependentes.

Estatutos - Porque nos parece indispensável **adequar** os estatutos aos desafios dos novos modelos organizativos e de gestão que, entre outros, acolhem **princípios da neutralidade, da unidade e da racionalidade de recursos**.

A esta razão, em geral, sobressai a necessidade de reduzir o número de elementos do Conselho Nacional, atendendo sobretudo às exigências específicas de carácter técnico e de estabilidade funcional dos diferentes órgãos da ADFA.



Delegação: Açores

Lista: A

Mesa Assembleia Geral Delegação

Presidente:Manuel Pereira de Medeirosn.º 8038
1.º secretário:António Manuel Gaspar Carvalhon.º 436
2.º secretário:Manuel Botelho Tavaresn.º 5341

Direcção Delegação

Presidente:Paulo Alberto Moniz Tevesn.º 15175
Secretário:Dídio Luís Viveiros Correia Carvalhon.º 1441
Tesoureiro:Carlos Alberto Tavares Sebastiãon.º 11518
1.º vogal:Victor de Medeiros Sousa Poimn.º 5814
2.º vogal:Pedro José Alvesn.º 11113

Conselho Fiscal Delegação

Presidente:João Manuel Bettencourt da Silvan.º 415
relator:José António da Costa Raposon.º 8414
vogal:Manuel Francisco Soares Alegren.º 4616

Conselho de Delegação - Lista A

Efectivos

1 – Jaime Fernando Leite Dominguesn.º 5919
2 – Francisco Maria Castel Branco Potes Cordoviln.º 15035
3 – António Silveira Venâncion.º 6444
4 – Manuel Barbosa Carlosn.º 4578
5 – José Paulinon.º 5025
6 – Brivaldo da Silva Bettencourt Picançon.º 7449
7 – António Neves da Silva Vicenten.º 7647

Suplentes

1 – Luís Alberto Borges Cabraln.º 6975
2 – Manuel Luciano de Sousan.º 14321
3 – João Carlos de Medeiros Rufinon.º 5920
4 – Hermano Aguiar Tevesn.º 6657



Delegação: Bragança

Lista: A

Mesa Assembleia Geral Delegação

Presidente:António Eugénio Fernandesn.º 8297
1.º secretário:Valdemar Luís Ramosn.º 12810
2.º secretário:José Augusto Pereira Gomesn.º 2779

Direcção Delegação

Presidente:Domingos António Secan.º 2778
Secretário:José Manuel Rodrigues Cristóvãon.º 2789
Tesoureiro:Francisco António Fernandesn.º 5455

Conselho Fiscal Delegação

Presidente:Aníbal dos Santos Fernandesn.º 2769
relator:José Clemente Reisn.º 2774
vogal:Gil do Espírito Santo Martinsn.º 2777

Conselho de Delegação - Lista A

Efectivos

1 – Olímpio Sebastião Ferreiran.º 2783
2 – Manuel Joaquim Moraisn.º 1870
3 – Acácio José Cordeiron.º 2784
4 – Mário dos Santos Galdesn.º 7408
5 – Anselmo Ressurreição Vicente Ruçon.º 10916
6 – Manuel Jorge Afonson.º 2775
7 – Luís Manuel Mendesn.º 2780

Suplentes

1 – Vitoriano de Jesus Veríssimon.º 5445
2 – José Augusto Cepeda Martinsn.º 8681

PROGRAMA DE ACÇÃO DA LISTA A

Os órgãos Sociais da Delegação de Bragança, que exerceram o mandato anterior, assumiram nova candidatura. Fizeram-no, em primeiro lugar, porque não apareceu alternativa e em segundo lugar porque não quiseram deixar cair a Delegação num vazio directivo, porque a Delegação sem direcção seria como uma casa sem dono.

Não vamos prometer milagres, mas prometemos continuar a trabalhar cada vez com mais força dentro do nosso saber e das nossas capacidades, para que a ADFA seja mais forte e mais coesa, não só a nível de Delegação mas em todo território nacional.

Vamos lutar pelos direitos daqueles que ainda não foram reconhecidos por qualquer legislação e por aqueles que tem pensões de miséria.

Prestar atendimento aos associados, o mais personalizado possível.

Informá-los dos seus direitos e dos deveres para com a ADFA. Dar resposta aos seus problemas apresentados na Delegação no mais curto espaço de tempo.

Desenvolver acções de informação principalmente aos Deficientes com Stress.

Ir ao encontro dos associados que apresentem carências acentuadas e dentro do possível tentar minimizá-las.

Apoiar e colaborar com os Órgãos Sociais Nacionais e demais Delegações nos projectos de interesse nacional e local.

Não deixaremos de continuar a trabalhar içada vez mais por uma autonomia financeira da Delegação.



Delegação: Castelo Branco

Lista: A

Mesa Assembleia Geral Delegação

Presidente:José Luís Cardoson.º 8294
1.º secretário:Abel Barata Fernandes Santosn.º 11542
2.º secretário:José Maria Rolãon.º 3559

**Direcção Delegação**

Presidente:	João Morgado Carmona	n.º 10068
Secretário:	João José Mangana dos Santos	n.º 2019
Tesoureiro:	Manuel Riscado Moreira Farias	n.º 11499

Conselho Fiscal Delegação

Presidente:	Eugénio Baltazar Costa Branco	n.º 3104
relator:	António Roque	n.º 11350
vogal:	Manuel Pereira Amaro	n.º 1225

Conselho de Delegação - Lista A**Efectivos**

1 - Joaquim Vilela dos Santos	n.º 4108
2 - Vicente Campos Gameiro	n.º 1972
3 - António Filipe Ginga	n.º 14020
4 - Joaquim Jesus Duarte	n.º 4748
5 - Henrique Andrade Gonçalves	n.º 15156
6 - José dos Santos Correia Vila	n.º 1832
7 - António Martins Quintela	n.º 1966

Suplentes

1 - Joaquim Caetano Domingos	n.º 3646
2 - António Goulão Amoroso	n.º 3285

PROGRAMA DE ACÇÃO DA LISTA A

*Construir uma sociedade para todos,
constitui o nosso lema*

A aprovação, recente, pela Assembleia da Republica da Lei 46/2006, Lei anti-discriminação, será uma bandeira na mão de todos aqueles que se batem pela igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, tendo como pano de fundo uma solidariedade consciente, activa e consequente.

Se este é o lema da nossa candidatura também sabemos que temos muito mais para reflectir e para tentar resolver. E do conhecimento de todos que muito há para decidir e arrumar na nossa casa e é por sentirmos que a nossa contribuição pode ser válida para a resolução dos problemas que continuam a vitimar-nos que decidimos avançar com a nossa candidatura.

Uma das nossas fortes intenções é o estabelecimento e reforço de acções de cooperação e solidariedade com todas as Organizações de e para Pessoas com deficiência instaladas no Distrito de Castelo Branco e que, como a ADFA, desenvolvem no dia a dia, acções de elevado mérito no campo da reabilitação e inclusão social e profissional de todos os cidadãos portadores de uma desvantagem física, mental ou sensorial.

Será, também, intenção dos novos Órgãos Dirigentes da Delegação da ADFA continuar o trabalho de cooperação com as Escolas Secundárias, dos vários ciclos, na realização de colóquios, exposições e outras iniciativas que levem, aos alunos, os conhecimentos do que foi a Guerra Colonial e suas consequências bem como toda a problemática ligada ao processo de inclusão das pessoas com deficiência.

Temos plena consciência das dificuldades que se nos vão deparar, mas não vamos entregar de mão beijada o ouro ao bandido. Em suma, não queremos fazer falsas promessas mas prometemos lutar até ao limite das nossas forças por aquilo a que julgamos ter direito.

**Delegação: Coimbra****Lista: A****Mesa Assembleia Geral Delegação**

Presidente:	João Matias Vasconcelos	n.º 590
1.º secretário:	Manuel Ernesto Rodrigues Paiva	n.º 2536
2.º secretário:	Alberto Branco Cortesão	n.º 12508

Direcção Delegação

Presidente:	José Soles Girão	n.º 895
Secretário:	José dos Santos Dias Temido	n.º 233
Tesoureiro:	José Dias Martins	n.º 1549
1.º vogal:	José Maria Damas dos Santos Pinto	n.º 6618
2.º vogal:	Carlos Alberto Oliveira Deus Almeida	n.º 6214

Conselho Fiscal Delegação

Presidente:	José Gonçalves Nunes	n.º 1674
Relator:	José de Almeida Silva	n.º 2278
Vogal:	Fernando Geraldo Marques Santa	n.º 1378

Conselho de Delegação - Lista A**Efectivos**

1 - Homero Cristina Serra	n.º 6502
2 - Manuel Tavares Seabra	n.º 193
3 - José Luciano Oliveira Gomes	n.º 2543
4 - António Fernando Abrunhosa Amorim	n.º 2702
5 - Manuel Duarte da Silva	n.º 1850
6 - Vítor Manuel Silva de Oliveira	n.º 218
7 - Franklim da Silva Amorim	n.º 7794

Suplentes

1 - Mário Dinis dos Santos	n.º 1326
2 - José Carvalho Órfão	n.º 1352

PROGRAMA DE ACÇÃO DA LISTA A

Fruto da tomada de consciência por parte de um grupo de Deficientes Militares residentes na zona Centro do País, num espaço geográfico abrangendo as cidades de Coimbra, Aveiro e Leiria, foi decidido criar uma Delegação da ADFA à semelhança aliás de outros pontos de norte a sul do país.

Em Junho de 1975, iniciou-se o trabalho da Delegação de Coimbra, numa jornada que, embora sulcada de altos e baixos, avanços e recuos, dura até aos dias de hoje.

Os associados que ao longo dos anos têm feito parte dos órgãos da Delegação, têm estado quase sempre na vanguarda da luta pela defesa dos direitos dos deficientes militares, em consonância com a vontade da maioria dos associados.

Nos últimos tempos os Deficientes das Forças Armadas viram-se ameaçados com perspectivas sombrias para o futuro, no que toca a necessidades e direitos adquiridos.

É a legislação referente a várias áreas que não é cumprida; o 134/97 que não se compreende para que e para quem foi redigido; são as ADM que piora na sua função social. É a ameaça às pensões de preço de sangue; é a possibilidade de drásticas reduções do subsídio estatal à ADFA; é a manutenção (até quando?) de alguns casos de injustiça flagrante relativo a deficientes em serviço e até de campanha, etc., etc...!

No momento em que nos preparamos para escolher pelo voto os próximos dirigentes para o triénio 2007/2009, um conjunto de associados apresentam-se a sufrágio, dos quais muitos já são conhecidos, mas com a entrada de outros elementos em estreia absoluta nestas lídes associativas.

O que podemos prometer? Muito? Pouco?

A única certeza é seriedade, vontade de trabalhar, transparência nos actos e muita, muita esperança nas capacidades individuais para um desempenho correcto em benefício do colectivo. Certos de que nos empenharemos pela defesa do bom que existe e na luta incessante pela dignidade e conquista de justos direitos individuais e familiares.

Há muito para fazer da nossa parte, mas uma necessidade que a sociedade e o Estado nos devem.

A tarefa que nos apresenta enquanto cidadãos, e à ADFA enquanto instituição de Utilidade Pública, é imensa.

A ADFA, que somos todos nós associados de todo o país, é importante que se mantenha viva e actuante.

O que podemos prometer?

Acompanhar e resolver os problemas dos associados da nossa Delegação. Apoiar e/ou pressionar construtivamente a Direcção Nacional para que, junto do Governo e outras instâncias do poder, lutar por nós, os Deficientes Militares. Tudo faremos para que não se caia no esquecimento dos portugueses e manter bem alto a nossa dignidade que merecemos e não abdicamos...

Iremos trabalhar e manter acesa a convicção de que conseguiremos arranjar instalações dignas e funcionais para um melhor atendimento aos associados. A Delegação não pode, não deve continuar no local onde está. É imperioso, é urgente dotar os associados desta zona de um complexo físico, funcional, limpo que não nos envergonhe.

Com seriedade, ponderação, sem estigmas, com o esforço colectivo atingiremos os objectivos.

Votar é preciso...

Viva a ADFA!

**Delegação: Évora****Lista: A****Mesa Assembleia Geral Delegação**

Presidente:	Inácio Augusto Carmelo Grazina	n.º 652
1.º secretário:	José António Cardoso Jaleca	n.º 1204
2.º secretário:	Justino Joaquim Pereira Parreira	n.º 1208

Direcção Delegação

Presidente:	Manuel Joaquim Calhau Branco	n.º 1591
Secretário:	João Carlos Figueiredo Nobre	n.º 2262
Tesoureiro:	Augusto José Rato Barreto	n.º 12179

Conselho Fiscal Delegação

Presidente:	João Quinha Azinhais	n.º 925
Relator:	Manuel Inácio Gomes Pastor	n.º 2128
Vogal:	Filipe Joaquim Pereira Serol	n.º 5397



Conselho de Delegação - Lista A

Efectivos

1 - Francisco José Canelas	n.º 1125
2 - Augusto José Marchante Oliveira.....	n.º 1203
3 - Agripino José Ludovico Cascalho	n.º 1586
4 - Fernando Manuel Barroso	n.º 1997
5 - Alberto dos Santos Vargues	n.º 4109
6 - João Manuel Mocho Rolo	n.º 6177
7 - Joaquim José Costa Agulhas	n.º 3457

Suplentes

1 - Luís José Castor Florindo	n.º 6187
2 - Manuel Jacinto Bonifácio Pechincha	n.º 6626



Delegação: Faro

Lista: A

Mesa Assembleia Geral Delegação

Presidente:	José António Pereira dos Santos Morte	n.º 8574
1.º secretário:	José Xavier Coelho Prata	n.º 1984
2.º secretário:	Atur Martins Cabrita	n.º 4195

Direcção Delegação

Presidente:	José Nicolau Rufino	n.º 384
Secretário:	João Ângelo Fernandes	n.º 7859
Tesoureiro:	José Manuel das Neves Perpétua	n.º 2357
1.º vogal:	António José Anselmo Leal	n.º 7693
2.º vogal:	Firmino Joaquim Martins	n.º 8559

Conselho Fiscal Delegação

Presidente:	José Francisco Guerreiro dos Santos	n.º 10880
Relator:	Florentino José Esteves Pacheco	n.º 11847
Vogal:	Duarte Silvestre Marques Martins	n.º 5166

Conselho de Delegação - Lista A

Efectivos

1 - José Matias Raimundo.....	n.º 1533
2 - António Custódio Ramos	n.º 704
3 - Vítor Manuel Costa.....	n.º 10018
4 - Joaquim José Guerreiro Mestre.....	n.º 11845
5 - Hilário José Fernandes Luz	n.º 13841
6 - Amadeu Pereira Guerreiro	n.º 7617
7 - Arnaldo Cabrita Guerreiro	n.º 12394

Suplentes

1 - João Isidro das Dores Damásio.....	n.º 11445
2 - Joaquim Gonçalves	n.º 7441



Delegação: Lisboa

Lista: B

Mesa Assembleia Geral Delegação

Presidente:	Manuel Adérito Pereira Necho Pinto	n.º 122
1.º secretário:	Luís Manuel Bilstnein de Menezes Luís de Sequeira.....	n.º 14462
2.º secretário:	José António Salazar	n.º 1057

Direcção Delegação

Presidente:	Francisco Simão Caroço Janeiro	n.º 919
Secretário:	José Maria Alves Moreira.....	n.º 2079
Tesoureiro:	Jaime Ribeiro Laia	n.º 3007
1.º vogal:	Orlando dos Santos Pinela.....	n.º 5597
2.º vogal:	Luciano Dias.....	n.º 21

Conselho Fiscal Delegação

Presidente:	Serafim da Costa Rodrigues	n.º 409
Relator:	Amândio Sanches Antunes.....	n.º 1139
Vogal:	Joaquim da Conceição Mochila Poeiras.....	n.º 12272

PROGRAMA DE ACÇÃO DA LISTA B

I - Introdução

1 - A Delegação de Lisboa é a mais jovem das delegações da nossa Associação, tem, somente, 5 anos de existência.

2 - Durante estes 5 anos, os Órgãos Sociais que agora terminam o seu mandato assumiram por inteiro, com a convivência dos Associados, a enorme responsabilidade de levantarem e porem a funcionar uma estrutura, que pelo seu grande número de associados é bastante complexa. Apesar disso, a Delegação funcionou em pleno até ser indevidamente suspensa pelo Conselho Nacional em 24 de Setembro de 2005.

3 - De novo se vai fazer justiça e a Delegação de Lisboa, vai ser reaberta.

Também de novo os Associados da Delegação vão ter o seu espaço de reflexão, de convívio, de debate e de transparência para assim poderem apoiar os seus Órgãos Sociais nas decisões associativas que hoje têm que tomar.

4 - De resto, hoje mais do que nunca, perante as últimas medidas legislativas do Governo que já estão a afectar a todos os Associados, há a extrema necessidade de se ter uma ADF coesa e em rumo para apoiar e defender o nosso futuro.

5 - Os agora candidatos aos Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa, vão continuar como sempre fizeram a defender os direitos dos Associados e contribuir para uma ADF cada vez mais unida.

II - Princípios

6 - Os Associados candidatos aos Órgãos Sociais de Delegação vão cumprir e fazer cumprir o estabelecido nos Estatutos da Associação, bem como as decisões das Assembleias Gerais e do Conselho da Delegação.

7 - Vamos dar visibilidade aos reais interesses dos Associados. Com eles, vamos reflectir em todos os assuntos de interesse associativo, sejam eles locais ou do todo da ADF e, em particular, ajudar os Órgãos Sociais Nacionais a concretizar as conclusões do nosso IV Congresso.

8 - Estabelecer com os Associados um compromisso de tomadas de decisões locais, sempre no seu superior interesse, tendo em atenção a generosidade e a solidariedade que todos devemos aos Associados mais carenciados.

9 - Nesse compromisso, os Associados devem participar e colaborar no desenvolvimento das ideias, dos projectos e nas soluções que possam estar em discussão para o bem associativo.

10 - Também, todos em conjunto, devemos participar no Movimento Associativo em defesa dos nossos direitos, bem, como respeitarmos e garantir os direitos e liberdades de cada Associado.

11 - Propõe-se ainda, os agora candidatos, a intensificar o diálogo com todas as outras Delegações e utilizar o intercambio de ideias e experiências que possam melhorar a vida associativa.

III - Objectivos

Abertura à Sociedade Civil

12 - Pretende-se incrementar, com grande abertura, um saudável relacionamento com Instituições Públicas ou Privadas que concorram para o cumprimento dos objectivos da pessoa com deficiência.

13 - Dialogar com os Serviços Públicos e, em particular, com os Serviços Militares para que no exercício dos serviços prestados aos Associados haja uma melhor consciencialização para a necessidade de um acolhimento mais personalizado.

Abertura e Apoio aos Associados

14 - Uma Associação com o cariz da ADF nunca poderá prosseguir os seus objectivos se os seus Associados estiverem arredados da vida associativa.

15 - Na verdade são eles o seu melhor capital e os pilares da estrutura onde, forçosamente, assenta a vida associativa sempre participada.

16 - No Espaço, na crítica construtiva e no diálogo, as diversas sensibilidades de opinião, que possam existir, devem reflectir em conjunto saindo dessa meditação ideias mais eficazes e mais enriquecedoras para o engrandecimento da ADF.

A Direcção dos Núcleos

17 - A criação dos 15 Núcleos já existentes, na Delegação deve-se, antes de mais, ao grande trabalho desenvolvido pelos Órgãos Sociais da Delegação e pela imediata aderência e disponibilidade demonstrada pelos Associados locais.

18 - Por isso, criar uma maior estrutura de gestão dos núcleos, subordinada aos objectivos da vida associativa, é uma das nossas prioridades. Cada vez mais se torna necessário que os núcleos sejam o suporte da Delegação de Lisboa.

19 - A inserção destes Associados na comunidade local e estimulá-los para participarem na responsabilidade das decisões que vierem a ser tomadas pelos Órgãos da Delegação é, sem duvida, a prioridade para a continuada dinamização dos núcleos.

Legislação

20 - Os candidatos aos Órgãos da Delegação e na esteira do aprovado no IV Congresso, disponibilizam-se, desde já, a colaborar com os Órgãos Sociais Nacionais, no sentido de dar cumprimento às reivindicações então aprovadas a apresentar ao Ministro da Defesa Nacional.

21 - De facto;

- Deficientes militares sem pensão;
- interpretação justa do conceito de campanha de modo a abranger os Associados que por justiça devem ser considerados DFA ao abrigo do Decreto Lei 43/76;

- Tratamento não discriminatório dos deficientes militares em Serviço por parte das juntas médicas da Caixa Geral de Aposentações;

- Assumpção inequívoca da responsabilidade do Estado Português perante os Cidadãos de Origem Africana que serviram as Forças Armadas Portuguesas na guerra Colonial como militares, são exemplos do muito que ainda falta legislar para que as injustiças; deixem de existir.

22 - Rever com os Associados as normas jurídicas do Decreto Lei n.º 134/97, de 9 de Maio, por as mesmas darem tratamento desigual a uma situação que é igual, já que, e de acordo com o Decreto Lei 43/76, todos os DFAs são credores dos mesmos direitos e deveres.

Alteração dos Estatutos

23 - Os actuais Estatutos datam de 1995. As permanentes e velozes alterações produzidas nas Sociedades reclamam que todos nós reflectamos sobre a inevitável alteração dos Estatutos que, assim, devem ser objecto directo de uma ADF mais moderna e activa. A Delegação de Lisboa tem já pronto o projecto para esse efeito, que em devido tempo será apresentado aos Órgãos Sociais Nacionais.

**Vida Associativa, Cultura e Lazer**

24 - Pelos nossos Estatutos a ADFA é uma instituição eminentemente Social. Foi neste contexto que o IV Congresso criou a Delegação de Lisboa.

25 - Para a prossecução deste objectivo, a estrutura dos serviços da Delegação, particularmente, os Serviços da Restauração e da Clínica Médica, devem ser mais desenvolvidos e mais apetrechados de modo a responder com alguma perfeição às solicitações dos Associados.

26 - A Clínica Médica, quanto a isso tem respondido de forma bastante positiva.

Julgamos no entant, que deve abranger outras valências, no sentido de proporcionar uma melhor saúde aos nossos Associados e seus familiares.

27 - Também e no combate à solidão e ao desenraizamento social e familiar dos Associados continuar-se-á a fomentar actividades recreativas e ocupacionais.

Política para a 3.ª Idade

28 - A maioria de nós já está a entrar na 3.ª Idade. Isso acarreta condições físicas e psicológicas debilitadas particularmente agravadas pelas nossas deficiências.

Com as medidas legislativas que estão já criadas e outras que por ventura ainda vão aparecer em desfavor dos nossos direitos, torna-se urgente rever o apoio da 3.ª idade sobretudo aos associados mais desfavorecidos.

29 - O Lar Militar, que foi exclusivamente construído para os grandes deficientes militares, estranhamente, há muito que não responde às solicitações feitas por muitos dos nossos Associados. Entendem os agora candidatos aos Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa que devem os Órgãos Sociais Nacionais ter como primazia fazer reformas ao Lar Militar para os fins pelo qual foi construído, ou seja, acolher exclusivamente os deficientes das Forças Armadas.

30 - Com o avançar do tempo, há situações que cada dia se vão tornando mais preocupantes pelo que é urgente tomar medida, de acordo com o papel da ADFA neste campo, para que muitos de nós possamos diluir no tempo e na sociedade as nossas grandes dificuldades próprias do avanço da nossa idade.

31 - Urge, portanto, criar estruturas que no entender dos Associados de Lisboa, existe a Quinta das Camélias para esse efeito podendo acolher esta franja de Associados e incentivar uma nova filosofia associativa de apoio à nossa 3.ª Idade, tais como, complexos de Centros de Dia, estruturas residenciais ou apoio domiciliário.

Se todos em conjunto conseguirmos dar resposta à pergunta que os Núcleos de Alcobaca, Aveiras e Peniche fizeram no nosso IV Congresso "Qual o amanhã do deficiente militar?" então todos nós nos podemos orgulhar de sermos solidários e contribuirmos com alguma coisa para o bem da nossa sociedade.

Conselho de Delegação - Lista A**Efectivos**

1 - Albertino Flores Santana	n.º 566
2 - Horácio Pinto Cardoso	n.º 6422
3 - Manuel Ferreira Teixeira	n.º 2411
4 - José António Alves da Silva	n.º 4089
5 - António Félix Joaquim	n.º 1737
6 - José Vicente Penedo	n.º 378
7 - Joaquim Sousa Santos	n.º 800

Suplentes

1 - Armando Barradas da Conceição	n.º 206
2 - Sérgio António Rodrigues	n.º 8243

PROGRAMA DE ACÇÃO DA LISTA A

Uma associação só pode ter vida plena quando a coesão e unidade dos seus associados seja uma unidade.

Os elementos desta lista autónoma, têm consciência que a ADFA, no momento presente está distante dessa fundamental pretensão, isto é que, atravessa um momento de alguma (divisão), facto que, entre outros, os leva a candidatarem-se, para no âmbito das atribuições estatutárias do Conselho de Delegação pugnar pela unidade e engrandecimento da nossa ADFA, para que possamos, não só defender os direitos adquiridos, como também reivindicar aqueles que são pretensões de todos quantos pertencendo às Forças Armadas se deficientaram ao serviço da Pátria e, que durante estes trinta anos ainda não viram aprovados, tais como:

1 - Condições sociais para a nossa terceira idade:

A - Lares e residências;

B - Internamento hospitalar;

C - Bom acolhimento nas consultas;

D - Medicamentos gratuitos, etc.;

2 - Stress de guerra (prós-traumático).

3 - Pensões das viúvas dos Deficientes das Forças Armadas.

4 - Situação dos Deficientes em serviço.

5 - Viabilizar os relatórios e Contas e regulamentos, assim como a organização dos núcleos e outras propostas no âmbito dos seus poderes estatutários;

6 - Apoiar a Direcção da nossa Delegação no diálogo com entidades locais para criação ou melhoria de infra-estruturas relacionadas com as dificuldades dos associados da nossa Delegação.

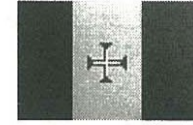
E ainda muitos outros que não vamos aqui enumerar e que conjuntamente com os restantes órgãos da Delegação iremos analisar e durante o nosso mandato formalizar em propostas para a Direcção Nacional e para o Conselho Nacional no sentido do respeito e da entre ajuda necessária e importante para levarmos por diante os objectivos e pretensões da nossa Associação.

Temos consciência que a tarefa não vai ser fácil, mas, habituados que estamos a superar dificuldades, não nos irá faltar coragem nem fulgor, quer para unir a nossa ADFA, quer para lutar por tudo aquilo a que temos direito.

Só Unidos Salvaremos o sangue perdido

Só com uma ADFA Forte e coesa as nossas mazelas serão minimizadas.

O SONHO DE VIVERMOS NÃO PODE MORRER NUNCA.

**Delegação: Madeira****Lista: A****Mesa Assembleia Geral Delegação**

Presidente:	Rui Manuel Catanho da Silva	n.º 6455
1.º secretário:	Manuel Ferreira	n.º 5993
2.º secretário:	José Aníbal Cardoso Correia	n.º 8918

Direcção Delegação

Presidente:	Armando Augusto Vieira Costa	n.º 8984
Secretário:	José Estêvão de Abreu	n.º 9074
Tesoureiro:	João José Nobre Pereira	n.º 9619

Conselho Fiscal Delegação

Presidente:	José João Macedo	n.º 7743
Relator:	Manuel Brás da Costa	n.º 4252
Vogal:	Francisco Abreu Fernandes	n.º 10523

Conselho de Delegação - Lista A**Efectivos**

1 - Elias Fernandes Leitão	n.º 10524
2 - Manuel José Abreu Gonçalves	n.º 14160
3 - João Silva Alves	n.º 12908
4 - Manuel Freitas Gouveia	n.º 4502
5 - José Agostinho Gonçalves	n.º 10483
6 - Fernando Aurélio Gonçalves	n.º 8994
7 - José Agostinho Nóbrega	n.º 2522

Suplentes

1 - João Paulo Gomes	n.º 3739
2 - José Luís Monteiro	n.º 14581

**Delegação: Porto****Lista: A****Mesa Assembleia Geral Delegação**

Presidente:	Henrique Tomás Magalhães Rodrigues	n.º 1624
1.º secretário:	Venâncio José Ferreira dos Santos	n.º 525
2.º secretário:	Nicolau João Teixeira Azevedo	n.º 1514

Direcção Delegação

Presidente:	Abel Artur dos Santos Fortuna	n.º 580
Secretário:	José Joaquim Xavier Teixeira Machado	n.º 246
Tesoureiro:	Carlos da Silva Correia	n.º 2472
1.º Vogal:	Manuel Rodrigues dos Santos	n.º 4737
2.º Vogal:	Formoso Serafim da Silva Araújo	n.º 4738

Conselho Fiscal Delegação

Presidente:	Viriato Augusto Gonçalves	n.º 13390
Relator:	David da Silva Moura	n.º 13070
Vogal:	Arménio Soares Pereira	n.º 4849

PROGRAMA DE ACÇÃO DA LISTA A

"DAR CONTINUIDADE AOS DESAFIOS ASSOCIATIVOS"

1 - OBJECTIVOS DA CANDIDATURA

A presente candidatura emerge da responsabilidade que têm os Órgãos cessantes em apresentarem uma lista de candidatos ao sufrágio eleitoral do próximo dia 25 de Novembro. Assim, esta candidatura apresenta-se com a missão associativa de dar continuidade aos desafios que, de alguns anos a esta parte, foram definidos como objectivos a realizar em prol da reabilitação e reinserção social dos deficientes militares, na área geográfica da delegação.

Tais objectivos são os seguintes:

a) Continuação de uma prática associativa pautada pela participação dos associados na reflexão, debate e apresentação de sugestões e críticas, assim como orientada segundo os princípios de um modelo associativo de inclusão.

b) Promoção da qualificação das estruturas, dos equipamentos e dos meios humanos, tendo como finalidade melhorar e ampliar as respostas disponíveis, com especial atenção para as que se dirigem ao apoio médico, social e psicológico na fase da velhice.

A realização deste objectivo passa pela implementação do projecto de remodelação e ampliação



das actuais instalações, para dar lugar ao **CENTRO DE APOIO INTEGRADO DO PORTO**.

- c) Contributo activo e empenhado para a manutenção e aperfeiçoamento dos instrumentos legislativos que visam a reabilitação e a reinserção social dos deficientes militares, assim como na publicação de outras medidas legislativas justas e legítimas, algumas das quais há muito reclamadas.

A justeza e a legitimidade deverá ser aferida pelos valores e princípios que se encontram na génese da nossa Associação, os quais não poderão ser postos em causa sob pena de se perder a identidade da ADFA.

2 - ORIENTAÇÕES GERAIS

A presente candidatura compromete-se a pautar a acção associativa pelas seguintes orientações gerais:

- a) Respeito pela **DIMENSÃO NACIONAL DA ADFA**, com estrito cumprimento das normas estatutárias, sendo que se considera relevante para a prossecução dos objectivos da ADFA o papel das delegações, como estruturas que se encontram mais próximas dos associados e que estatutariamente gozam de autonomia administrativa e financeira.
- b) Respeito pelas deliberações do IV Congresso Nacional da ADFA, das decisões da Assembleia Geral Nacional e do Conselho Nacional, assim como pelas directivas emanadas pela Direcção Nacional, sendo que esta deverá adoptar um modelo de gestão apoiado nos executivos das Delegações, o qual deverá ser operacionalizado com a consagração da periodicidade regular das suas reuniões.
- c) Continuação de uma prática associativa descentralizada, como forma de fazer participar na vida associativa todos os associados, qualquer que seja o local onde residam na área geográfica da Delegação.

Esta prática constará da realização de encontros, reuniões e outros eventos, sendo o objectivo promover o convívio e o recolhimento de críticas, reflexões, sugestões e propostas.

- d) Defesa firme e intransigente das medidas reivindicativas, com clara separação entre as que representam reparação legítima e justa dos danos sofridos e as que, tão somente, constituem o reconhecimento e o aperfeiçoamento do Estatuto dos Deficientes Militares.
- e) Gestão da vida associativa pautada pela abertura ao movimento associativo congénere e a todas as instituições e entidades.

Abertura dos Serviços da Delegação à comunidade local como forma de promover a inclusão social.

3 - MEDIDAS ESPECÍFICAS

No quadro dos objectivos e das orientações gerais atrás referenciadas, serão adoptadas entre outras as seguintes medidas específicas:

3.1 - NO DOMÍNIO DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO ASSOCIATIVAS

- a) A comunicação com os associados será uma prática permanente e importante para levar ao seu conhecimento as questões da vida associativa e conhecer as opiniões e as soluções que deverão orientar a acção.

Manteremos, por isso a reunião com os associados no 1.º sábado de cada mês e as reuniões descentralizadas, procurando que funcionem como canal de comunicação privilegiado.

- b) Realização de encontros de confraternização na Delegação e noutras localidades onde funcionam Núcleos institucionalizados ou não.
- c) Apoio à intervenção dos Núcleos na acção associativa, sendo que se continuará a adoptar o modelo de descentralização que, com resultados positivos, tem funcionado na Delegação.
- d) Realização de encontros e reuniões por "área de deficiência" e "temas", como forma de reflexão e estudo.

3.2 - NO DOMÍNIO DA ACÇÃO REIVINDICATIVA

- a) Defenderemos as medidas reivindicativas justas e legítimas ainda não satisfeitas, designadamente as seguintes:

- Clarificação do conceito de "Serviço de Campanha" e "Risco Agravado";
- Regulamentação do serviço da assistência médica (ADM), com a reposição do princípio de assistência medicamentosa gratuita para os beneficiários titulares, qualquer que seja a sua qualificação como deficientes militares;
- Correção do cálculo das pensões dos furriéis;
- Implementação da Rede Nacional de Apoio ao Stress de Guerra;
- Alteração do cálculo das pensões dos "Deficientes em Serviço" e das "Viúvas";
- Correção do cálculo das pensões dos DFA com referência ao último escalão do posto;
- Alargamento do conceito de GDMEN aos deficientes com 60%;
- Aplicação da Lei. 9/2002 (contagem do tempo do serviço militar para efeitos de aposentação ou reforma) repondo os princípios nela contidos.

- b) Defenderemos ainda que medidas de reconhecimento, nomeadamente a resultante da desigualdade criada com o DL 134/97, sejam equacionadas à luz dos princípios e valores que presidiram à criação da ADFA, particularmente no enquadramento dos conceitos: "direito ao trabalho", "direito à reabilitação", "reintegração social" e "pensão com carácter indemnizatório".

- c) Pugnaremos pela adopção de uma estratégia reivindicativa que tenha como linhas de orientação: "periodização de medidas" e "estudos fundamentados".

- d) Adopção de medidas que visem a implementação da Lei das acessibilidades, recentemente publicada, como forma de criação da sociedade incluída.

3.3 - NO DOMÍNIO DA ACÇÃO NACIONAL DA ADFA.

A ADFA é uma organização de âmbito nacional e por isso, a acção associativa a nível local deve respeitar a dimensão nacional, sendo que os órgãos nacionais terão de promover a articulação necessária para que a vontade dos associados expressa localmente seja tomada em linha de conta.

Para tanto, propõe-se:

- a) Motivação e apoio aos associados na participação em todas as acções de carácter nacional, nomeadamente nas Assembleias Gerais Nacionais e outros eventos organizados pelos Órgãos Nacionais.
- b) Cooperação com os Órgãos Nacionais no desenvolvimento de projectos associativos de nível nacional.
- c) Desenvolvimento de esforços junto do executivo nacional para que os serviços da sede e das delegações funcionem de forma articulada.

3.4 - NO DOMÍNIO DO PROJECTO DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA DELEGAÇÃO.

Constitui um dos objectivos desta candidatura desenvolver as tarefas necessárias para a criação do CENTRO DE APOIO INTEGRADO DO PORTO, CAIP, pelo que se propõem:

- a) Executar durante o ano de 2007 as obras de remodelação do prédio da Rua de Francos para instalação dos serviços associativos;
- b) Criar, durante o ano de 2007, as condições necessárias para nos anos seguintes executar as obras para a construção das restantes estruturas do CENTRO DE APOIO INTEGRADO DO PORTO;
- c) Desencadear um conjunto de iniciativas com a finalidade da angariação de fundos para a execução da obra e de contactos para encontrar parcerias.

3.5 - NO DOMÍNIO DA GESTÃO ASSOCIATIVA

- a) Acompanhamento permanente dos serviços prestadores de apoio aos associados, pugnando pela qualidade das respostas;
- b) Prática de uma acção associativa incluída pautada pela abertura dos Serviços da Delegação à comunidade local e pela adopção do critério da não diferenciação de preços nos serviços prestados;
- c) Estabelecimento de acordos, protocolos e parcerias com outras instituições;
- d) Articulação institucional e funcional com o CRPG tendo em vista potenciar os apoios e os Serviços disponibilizados por aquela estrutura;
- e) Promoção de medidas que visem melhorar e valorizar o Pessoal da Delegação.

4 - DESAFIOS ASSOCIATIVOS

Dar continuidade aos desafios associativos é o lema da presente candidatura. A união e a coesão associativas continuam a ser um dos principais objectivos para a garantia de uma ADFA capaz de defender os direitos dos deficientes militares e das suas famílias.

Cumpri-los não será missão apenas dos que se apresentam ao acto eleitoral, mas exige a participação de todos os associados para que todos os deficientes estejam abrangidos por um estatuto justo e as instalações da Delegação sejam um espaço solidário.

Porto, 20 de Outubro de 2006

Conselho de Delegação - Lista A

Efectivos

- 1 - José Rodrigues Luís Noronhan.º 1625
- 2 - Manuel Pereira dos Santos Silvan.º 1807
- 3 - Maria da Conceição de Sousa Paulon.º 15749
- 4 - Gil Luís Garcian.º 7509
- 5 - Alberto Lopes Casaisn.º 1047
- 6 - Júlio Dinis Sousa Chamuscan.º 4971
- 7 - Jaime da Conceição Rochan.º 7695

Suplentes

- 1 - Celestino Sousa Fonsecan.º 4818
- 2 - Leonel Joaquim Moura da Rocha Pereiran.º 7437

PROGRAMA DE ACÇÃO DA LISTA A

PRINCÍPIOS DE ORIENTAÇÃO E PLANO DE ACÇÃO

A candidatura afirma-se defensora:

1. Da continuidade na defesa dos princípios e valores que nortearam o Conselho de Delegação que cessa funções;
2. Do carácter Uno e Nacional da ADFA;
3. Do carácter Solidário, Aberto e Participativo e Integrada na Sociedade;
4. Do cumprimento pleno das competências e obrigações do Conselho de Delegação no total respeito dos Estatutos em vigor;
5. Do direito à diferença de opinião como forma do enriquecimento dos debates e das suas conclusões.

A candidatura compromete-se:

A - NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO

1. Pugnar pela Unidade e Coesão Associativa e pelo respeito da vontade expressa dos seus associados;
2. Pugnar, junto dos Órgãos respectivos, pela constante e plena informação dos associados, em reuniões descentralizadas, sobre os diferentes temas associativos em actualidade;
3. Apreciar e dar parecer sobre o Plano de Actividades da Direcção de Delegação e correspondente Orçamento para a sua persecução;
4. Fomentar, Apoiar na permanentes revitalização da vida associativa;
5. Acompanhar e Apoiar do seu representante ao Conselho Nacional.

B - NO ÂMBITO NACIONAL

1. Pugnar para que o relacionamento com os Órgãos Sociais Nacionais se efective numa postura de diálogo permanente e articulado com as actividades e estratégias nacionais;
2. Velar pelo cabal cumprimento das conclusões do 4.º Congresso da ADFA;
3. Pugnar pelo diálogo com outros Conselhos de Delegação com vista ao enriquecimento da nossa reflexão e participação associativa.

São estas as linhas mestras da candidatura que, com a nossa futura intervenção, procuraremos cumprir com a participação dos associados.

Conselho de Delegação - Lista B

Efectivos

- 1 - Augusto Carlos Leiten.º 3415
- 2 - António Paiva Vale da Cunhan.º 5133
- 3 - Fernando Conceição Costan.º 5835
- 4 - Arnaldo Correia Santa de Almeidan.º 2862
- 5 - António Pereira da Silvan.º 13095
- 6 - Mário Pereira Teixeiran.º 6235
- 7 - Armando Silvino Freitas Pinheiron.º 747

**Suplentes**

1 – Luís Cardoso Ramos	n.º 3142
2 – José Matos Duarte Maia	n.º 1941

PROGRAMA DE ACÇÃO DA LISTA A

*"Queres Mudar?
Sê a mudança."
Gandhi*

UMA ADF PARA TODOS

Os associados que integram a presente lista, conscientes da necessidade de conferir ao Concelho de Delegação a dinâmica necessária para que possa ter uma acção cada vez mais construtiva em todas as acções da vida associativa, compromete-se a:

A) Defesa intransigente dos nossos direitos.

Todos os associados, principalmente os militares já estão a sentir, na assistência médica e medicamentosa e em sede de IRS, os efeitos originados pela Direcção Nacional, ao ter oferecido ao Governo, os direitos conquistados com muitos sacrifícios ao longo de 30 anos.

É exemplo disso o memorando que a Direcção Nacional enviou ao Governo a ceder os nossos direitos e que nunca foi publicado no jornal ELO.

Hoje os nossos direitos são postos em causa.

B) Por uma legislação justa para todos os deficientes militares, em especial para os que se encontram em serviço há 32 anos, injustiçados.

• Vamos levar a debate e com muito vigor, as situações de gritantes injustiças, nomeadamente aqueles que desde sempre deveriam ser considerados DFA e continuam em serviço;

• Defenderemos a alteração da legislação própria para os associados considerados em serviço, os quais não devem estar ao abrigo do estatuto de aposentação, pela sua natureza de militares deficientes e devem ser ressarcidos, com justiça, pelos danos sofridos durante a prestação do serviço militar.

C) Por uma Delegação da ADF A informativa, transparente e ao serviço dos associados.

Criar condições de maior participação na vida associativa, de forma a que os associados frequentem a sua delegação e aí intervenham com liberdade total, na resolução dos seus próprios problemas, para que se sintam parte plena na vida associativa, pois, de acordo com os Estatutos da ADF, todos os associados têm os mesmos direitos e deveres.

D) Por uma Delegação da ADF A ao serviço dos seus associados.

Tornar a Delegação numa estrutura mais leve, optimizando os serviços existentes. O Associado que se dirige à sua Delegação para tratar de qualquer assunto, deve estar absolutamente certo que esse assunto irá ser prontamente tratado. Que quando pede uma informação, esta lhe será dada com toda a eficiência. O "não sei", o "desconheço", o "não é aqui", o "venha cá daqui a um mês que eu agora estou ocupado" e outras frases do género, têm de desaparecer do nosso vocabulário.

E) O agravamento das nossas deficiências.

Tendo em conta o agravamento da deficiência com o avançar da idade e as sequelas sociais que normalmente se lhe associam, são os associados ex praças os que mais sofreram e que maiores deficiências adquiriram no decurso do serviço militar.

Com o decorrer da idade essas deficiências, infelizmente para nós, têm vindo a agravar-se, assim como se tem manifestado outras doenças que aumentam o nosso sofrimento.

É urgente pois, que tomemos atitudes, façamos propostas e apresentemos medidas ao Governo para que estas novas lesões possam vir a ser atenuadas como meio de assistência médica e medicamentosa.

CAROS ASSOCIADOS DA DELEGAÇÃO DO PORTO

Ao votarem na Lista Autónoma do Conselho da Delegação do Porto, estarão a votar na mudança dessa mesma Delegação, onde nada pode ser escondido dos associados.

Todos nós temos o direito de exigir que principalmente os militares sejam ouvidos nas questões que lhes dizem respeito. Aí, os associados, têm a nossa garantia de sermos intransigentes e de sermos os seus representantes juntos dos órgãos da ADF.

**Defende os teus direitos
VIVA A NOVA ADF**

**Delegação: Setúbal****Lista: A****Mesa Assembleia Geral Delegação**

Presidente:	Abílio Marques Loureiro	n.º 4899
1.º secretário:	António Lucas dos Santos	n.º 4470
2.º secretário:	Carlos Ferreira de Sousa Silveira Machinho.....	n.º 8648

Direcção Delegação

Presidente:	José da Silva Pinto Faria	n.º 3371
Secretário:	José Manuel Raminhos	n.º 646
Tesoureiro:	José Carlos Correia da Silva Isac.....	n.º 12381

Conselho Fiscal Delegação

Presidente:	Estêvão José Mira Carvalho	n.º 9266
Relator:	Albino Luís Andrade	n.º 9883
Vogal:	Manuel Tavares Mendes	n.º 3432

Conselho de Delegação - Lista A**Efectivos**

1 – Luís Manuel Afonso Cardoso	n.º 7504
2 – Zeferino Abreu Ribeiro	n.º 9374
3 – José Augusto Quinta Queimada	n.º 7149
4 – Joaquim Lourenço Santana Patrício	n.º 3365
5 – João Arnaldo Casalinho Honório	n.º 2122
6 – Celestino José Barreiros Veiga.....	n.º 1302
7 – José Carlos Pestana Júlio	n.º 7103

Suplentes

1 – José Manuel Miranda de Almeida	n.º 8652
2 – Armando Domingos Martins Ferreira.....	n.º 9265

PROGRAMA DE ACÇÃO DA LISTA A

Não era nossa intenção recandidatarmo-nos a novo mandato para os Órgãos sociais da Delegação de Setúbal, da ADF.

No entanto, como ainda há muito a fazer, e porque os órgãos nacionais, que vierem a ser eleitos, vão ter tarefa difícil, precisando do apoio dos órgãos das delegações, que tenham conhecimento dos assuntos a discutir, para junto do governo exigirem que sejam analisadas as reivindicações legislativas que oportunamente lhe foram apresentadas, e que até à presente data, não tiveram qualquer resposta, especialmente, assistência médica e medicamentosa, regulamentação do Decreto-Lei 167/2005, contagem de tempo do serviço militar, Lei 9/2002 e Decreto-Lei 160/2004, dado que tanto a CGA bem como o CNP, contam o tempo do serviço militar para alguns subscritores/beneficiários e não contam para outros. Alteração do Decreto-Lei 134/97, promoções. Melhoria das regalias dos pensionistas de invalidez, acidentes considerados em serviço, levou-nos a reconsiderar e, aceitar a recandidatura.

Vamos continuar a tentar resolver os problemas associativos que ainda subsistem, e que com o passar dos anos se vão agravando, em especial os grandes deficientes.

Motivar e apoiar os órgãos nacionais para, adaptar as instalações da E AM, de maneira a que ali possa funcionar um centro de dia e, num futuro breve, possam ali ficar internados os grandes deficientes.

Incrementar o relacionamento com todas as associações de e para deficientes, entidades civis e militares e autarquias.

Desenvolver e dinamizar acções desportivas, culturais e recreativas, privilegiando o convívio entre associados e familiares.

Manter e incentivar as visitas domiciliárias aos associados, principalmente, os portadores de grandes deficiências e com mais dificuldade em se deslocarem à sede da delegação.

**Delegação: VN Famalicão****Lista: A****Mesa Assembleia Geral Delegação**

Presidente:	Venâncio Joaquim Quaresma da Silva	n.º 179
1.º secretário:	Armando Barbosa de Sá	n.º 13930
2.º secretário:	Fernando Rebelo Gonçalves	n.º 1308

Direcção Delegação

Presidente:	Anquises Fernando Cróccia Barbosa de Carvalho	n.º 3505
Secretário:	Augusto Correia da Silva	n.º 82
Tesoureiro:	Fernando Gomes de Carvalho	n.º 9110
1.º vogal:	Joaquim Manuel Martins da Mota	n.º 4024
2.º vogal:	António Soares Rodrigues	n.º 9388

Conselho Fiscal Delegação

Presidente:	José Maria Gomes Cerqueira	n.º 4022
Relator:	Fernando Rocha Barbosa	n.º 758
Vogal:	Joaquim Ribeiro Ferreira	n.º 4021

Conselho de Delegação - Lista A**Efectivos**

1 – Joaquim Ribeiro Ferreira	n.º 4035
2 – Fernando Ferreira	n.º 4028
3 – Joaquim Gomes Sá Miranda	n.º 3869
4 – José Maria Martins da Silva.....	n.º 13559
5 – Joaquim Fernandes	n.º 6151
6 – Domingos Freitas Ribeiro.....	n.º 1810
7 – Jerónimo de Sousa Mendes	n.º 3470

Suplentes

1 – Mário Alves Oliveira	n.º 7473
2 – José Maria Gonçalves Ferros	n.º 7333
3 – Abílio Oliveira Lopes	n.º 6165



PROGRAMA DE ACÇÃO DA LISTA A

A Lista de Associados candidata às eleições para os Órgãos Sociais desta, denominada de LISTA "A", a realizar em 25 de Novembro de 2006 para o Triénio 2007/2009, apresenta aos Associados o respectivo Programa Eleitoral, baseado como em eleições anteriores, em duas componentes, Interna e Externa.

Propõe-se:

Internamente:

1. Fortalecer e continuar a actividade que os Órgãos cessantes vinham a desenvolver;
2. Pugnar com determinação e afinadamente, em estreita colaboração com os Órgãos Sociais Nacionais e restantes onze Delegações, pela aprovação de todo o pacote reivindicativo em discussão com o Governo;
3. Reorganizar o Arquivo da Delegação, de molde a conseguir uma melhoria de espaço e procura, quando necessário;
4. Actualizar a Base de Dados dos Associados durante o próximo ano;
5. Instalar definitivamente o Núcleo de Braga em instalações próprias, já prometidas pela respectiva Câmara, para o fim deste ano;
6. Dinamizar o Núcleo de Guimarães em conjunto com a sua dinâmica Direcção, se possível, desenvolvendo ainda mais iniciativas que as actuais;
7. Desenvolver contactos periódicos com grupos de Associados dos diversos Concelhos da área desta Delegação;
8. Continuar a promover todos os esforços no sentido de ser erigido o Monumento aos Ex-combatentes da Guerra Colonial em Famalicão e nos restantes Concelhos da sua área;
9. Empenhar-se mais uma vez, na futura Revisão Estatutária que se espera venha a ser revitalizada neste mandato;
10. Continuar na procura constante de soluções que proporcionem acautelar os problemas que se avizinham com a 3.ª Idade do universo associativo;
11. Procurar incentivar, promover e dignificar o trabalho das Funcionárias desta Delegação, bem como de toda a ADFA.

Externamente:

1. Procurar a curto prazo a transferência do Museu da Guerra Colonial para instalações próprias, fora da área desta Delegação;
 2. Continuar a ajudar cada vez com mais força e empenho, o Museu da Guerra Colonial da qual a ADFA é parte integrante, na sua dinamização, desenvolvimento, organização e instalação nas suas novas instalações;
 3. Continuar a sensibilizar as Câmaras Municipais para a problemática da pessoa com deficiência, de modo a que cada Deficiente se sinta Pessoa de plena cidadania, em especial, nas áreas da Saúde, Emprego, Educação, 3.ª Idade, Transportes e Acessibilidades, entre outras;
 4. Continuar a integrar todos os grupos de trabalho e comissões para que somos solicitados pela Câmara Municipal de Famalicão, em particular, e qualquer outra que nos contacte nesse sentido.
- É este o Programa Eleitoral que a Lista candidata, denominada de LISTA "A", apresenta aos Associados a sufrágio no Acto Eleitoral a realizar em 25 de Novembro de 2006, para o Triénio 2007/2009.



Delegação: Viseu

Lista: A

Mesa Assembleia Geral Delegação

Presidente:António Pais Ferreiran.º 586
1.º secretário:António Rodrigues Cardoson.º 1180
2.º secretário:Germano Coimbra de Sousan.º 1223

Direcção Delegação

Presidente:João Manuel Santos Gonçalvesn.º 684
Secretário:Araldo Duarte Pereiran.º 1404
Tesoureiro:João Francisco Pereiran.º 3567
1.º vogal:António Fernandes Paisn.º 3529
2.º vogal:Francisco Ferreira Batistan.º 6581

Conselho Fiscal Delegação

Presidente:José Silva Ferreiran.º 881
Relator:Laureano José Vieira da Silvan.º 607
Vogal:José Luís Duarten.º 2107

Conselho de Delegação - Lista A

Efectivos

1 - Claudino Joaquim Ferreiran.º 2289
2 - João da Costa Vasconcelosn.º 1400
3 - Zeferino Espírito Santo Gomes Marcelan.º 6910
4 - Manuel Matos Vazn.º 9753
5 - António Lopes Matosn.º 9026
6 - António Campos Mesquitan.º 819
7 - Manuel Carlos Lopes da Costan.º 8543

Suplentes

1 - Jorge Manuel Costa Pinton.º 5797
2 - João Jesus Pereiran.º 6701

PROGRAMA DE ACÇÃO DA LISTA A

Os órgãos da Delegação da ADFA de Viseu, ao longo dos anos, têm trabalhado para o engrandecimento da Associação dos Deficientes das Forças Armadas na garantia e melhoria dos direitos e das condições de vida dos deficientes militares e suas famílias.

Não tem sido fácil congregar á volta da Associação todas as vontades na definição de um rumo clarificador. A ADFA de antes, de hoje e de amanhã, quer-se forte e unida, com objectivos para um melhor enquadramento, de forma a que todos os associados sejam sempre apoiados na sua zona de residência.

A Direcção Nacional tem que ser forte e credível, com bons alicerces, bem estruturada, com a colaboração das Delegações e o apoio de todos os seus associados.

A Associação não pode viver mais crises como as do passado recente, fazendo, com urgência, que estes problemas não ponham em causa o futuro da ADFA.

A ADFA tem que liderar e privar com as Associações de antigos combatentes, estar com as Associações militares e instituição militar de onde somos oriundos, com quem a ADFA deve manter uma relação permanente e eficaz

Passados mais de trinta anos do 25 de Abril libertador e do fim da Guerra Colonial, não se compreende que todos os Governos de Portugal não tenham sabido ou querido criar legislação digna para os seus deficientes de guerra, que tudo deram em defesa da Pátria.

A Associação deve unir-se no seu todo nacional, num projecto associativo envolvente com valores legislativos na assistência médica, saúde, Dec. Lei 134/97, clarificação do Serviço/Campanha, Lar Militar, estatuto do deficiente militar e Conselho Consultivo a trabalhar com o MDN, fazendo cumprir Portugal no direito a uma velhice tranquila para a família deficiente militar, que sofre na carne e na mente, os horrores que as guerras provocam.

Os militares combatentes deficientes das Forças Armadas são um corpo que não pode viver das "boas vontades" deste ou daquele Ministério, deste ou daquele Ministro ou Secretário de Estado, mas sim "casa mãe"- Assembleia da República, Grupos Parlamentares e Presidente da República - chefe supremo das Forças Armadas.

No reconhecimento dos valores da ADFA e de Portugal, todos devemos estar com este projecto associativo, com uma Direcção Nacional de decisões rápidas, porque ontem já era tarde, no sentido de junto do Governo de Portugal fazer valer o direito, vindo do cumprimento do dever Pátria.

CAMPANHA ELEITORAL DOS ORGÃOS SOCIAIS NACIONAIS

Reuniões com associados e candidatos locais

Datas de apresentação e discussão do programa

Dia 7 de Novembro - 19H00 - Delegação de Famalicão

Dia 14 de Novembro - 11H00 - Delegação de Coimbra

Dia 14 de Novembro - 16H00 - Delegação de Viseu

Dia 16 de Novembro - 11H00 - Delegação de Castelo Branco

Dia 16 de Novembro - 18H00 - Delegação de Évora

Dia 18 de Novembro - 14H00 - Delegação do Porto

Dia 21 de Novembro - 18H00 - Sede Nacional/área de Lisboa

Dia 21 de Novembro - 12H00 - Delegação de Setúbal

Bragança e Faro - reuniões ainda a marcar com as respectivas Delegações

Açores e Madeira - face à actual situação financeira da ADFA não será possível a deslocação, apresentando-se por isso desculpas aos associados e às respectivas candidaturas



CADERNO ELEITORAL - TRIÉNIO 2007/2009

MESAS DE VOTO

Açores

São Miguel - Sede da delegação da ADFA
Açores, em Ponta Delgada;
Santa Maria - Câmara Municipal de Vila do Porto;
Graciosa - Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa;
São Jorge - Café Santiago - Ribeira Seca;
Faial - Quartel dos Bombeiros Voluntários da Horta;
Pico - Quartel dos Bombeiros Voluntários das Lajes do Pico, e
Terceira - Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Bragança

Sede da delegação
Bairro do Fomento Habitacional bl. 20 r/c dt.º, Mãe d'Água

Castelo Branco

Sede da delegação
Quintal de São Marcos n.º 19 r/c

Coimbra

Sede da delegação
Rua 1.º de Maio n.º 68, Fala
Núcleo de Leiria
Rua de Tomar n.º 89, Urbanização Encosta It. 2 bloco A 2.º, loja 7,

Évora

Sede da delegação
Rua dos Penedos n.º 10 C

Faro

Sede da delegação
Urbanização do Bom João, R. José de Matos It. 11 r/c esq.º lj. A

Lisboa

Sede nacional
Av. Padre Cruz;
Núcleo de Alcobaça
Liga dos Combatentes (Núcleo de Alcobaça),
Rua Luís de Camões n.º 63 r/c;

Núcleo de Aveiras
Mercado Diário, Sala n.º 16, Aveiras-de-Cima;

Núcleo de Coruche
Rua dos Bombeiros n.º 33, Coruche;

Núcleo da Margem Sul
Delegação da Junta de Freguesia de Corroios,
Rua Adriano de Oliveira n.º 20,
Mercado Municipal de Miratejo;

Núcleo de Sintra
Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Fé, em Monte Abraão

Madeira

Sede da delegação
Rua Velha da Ajuda n.º 50

Porto

Mesa n.º 1 - Porto - **Sede** da delegação
Rua Pedro Hispano, 1105 Porto
Mesa n.º 2 - **Santa Maria da Feira**
Sede do núcleo, Rua Elísio de Castro, 37 A,
Santa Maria da Feira
Mesa n.º 3 - **Chaves**
Sede do núcleo - Rua Dr. Morais Sarmento,
Edifício Raposeira, Bloco 6 r/c - Chaves
Mesa n.º 4 - **Vila do Conde**
Centro de Juventude - Av. Júlio Graça - Vila do Conde
Mesa n.º 5 - **Viana do Castelo**
Casa do Povo da Meadela, Praça do Vale do Lima, 5 - Meadela
Mesa n.º 6 - **Ponte da Barca**
Bombeiros Voluntários da Ponte da Barca
Mesa n.º 7 - **Vila Real**
Sala O da UTAD - Edifício CIFOP, Rua Manuel Cardona - Vila Real
Mesa n.º 8 - **Penafiel**
Bombeiros Voluntários de Penafiel
Mesa n.º 9 - **Lixa**
Bombeiros Voluntários da Lixa
Mesa n.º 10 - **Santo Tirso**
Auditório do Museu Municipal Abade Pedrosa
(junto à Igreja Matriz) - Santo Tirso
Mesa n.º 11 - **Lordelo**
Bombeiros Voluntários de Lordelo - Paredes
Mesa n.º 12 - **Peso da Régua**
Junta de Freguesia de Peso da Régua
Mesa n.º 13 - **Arco de Baúlhe**
Sala da Escola EB/3, Arco de Baúlhe (Cabeceiras de Basto)

Setúbal

Sede da delegação
Rua Almeida Garrett n.º 70

Vila Nova de Famalicão

Sede da delegação
Centro Coordenador de Transportes lj. 1,
Rua Henriques Nogueira
Guimarães - Sede do núcleo
Rua Manuel Peixoto n.º 203, Cruz Pedra

Viseu

Sede da delegação
Empreendimento das Magnólias, It. 4 r/c Q, Bairro da Balsa
(tlf. 23 241 60 34)
Guarda - Sede do núcleo
Rua Dr. Manuel Arriaga n.º 1 - Frente Dt.º
(tlf. 27 122 52 68)
Lamego - Junta de Freguesia de Almacave
Rua Dr. Justino Pinto Oliveira n.º 4 - 2.º
(tlf. 25 461 15 11).

(Continuação da pág 6)

DN na reunião do CCADFA do passado dia 18 de Outubro:

“1. Visto.

-2. Considero que a situação actual do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa (LMCVP) deverá ser objecto das seguintes acções:

a) Reactivação do funcionamento da Conselho Consultivo do Lar Militar;

b) Avaliação das infra-estruturas e capacidade de resposta (valências) por parte do LMCVP, a qual deverá ser solicitada aos organismos competentes do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, após ter sido efectuado o necessário contacto com a direcção da CVP;

c) Elaboração de um estudo, coordenado pela Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, com a colaboração dos três ramos das Forças Armadas e das associações de deficientes militares, que

proceda ao levantamento de universo de deficientes militares, nomeadamente, grau de incapacidade, tipo de deficiência, grau de dependência, idade.

3. Apenas após a obtenção dos elementos acima mencionados, capacidade de resposta do LMCVP e determinação dos seus potenciais utentes, estarão reunidas as condições para a adopção das medidas tidas por convenientes e necessárias.

4. A consideração de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional.”

Entretanto já se vêm efeitos desta determinação, pois o Conselho Consultivo do Lar Militar, que junta com o seu director representantes do Ministério da Defesa Nacional, da Cruz Vermelha Portuguesa, da ADFA e dos residentes, e que não reunia desde 1998, foi já convocado para o passado dia 24 de Outubro, realçando-se das conclusões a que se chegou a de se dever proceder imediatamente a uma reformulação do

respectivo regulamento, já em vigor, que não em execução, desde 1996.

Congratulando-nos com este reinício de actividade e a aplicação imediata da alínea a) do Ponto 2 do despacho do SEDNAM, realçamos também que na sequência da citada reunião, estará, à hora do fecho deste ELO, reunido um grupo de trabalho então ali criado, composto por representantes da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar/MDN, de cada um dos três Ramos das Forças Armadas e da ADFA, para dar seguimento ao estipulado na alínea b) daquele mesmo Ponto 2.

Está assim, definitivamente, lançada a questão do desenvolvimento da funcionalidade e acolhimento do “Lar Militar”, que a ADFA há tanto reivindica e por cuja execução se empenhará por todos os meios ao seu alcance, para que se trilhe a senda dos objectivos para que foi criado.

83.º aniversário da Liga dos Combatentes

A ADFA foi convidada a estar presente nas cerimónias do 83.º aniversário da Liga dos Combatentes que tiveram lugar junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, no passado dia 14 de Outubro.

Estranhou-se, na altura, que só pelo conhecimento do convite a ADFA viesse a saber que, para além da colocação de placas com mais nomes relativos a mortes ocorridas no então “Estado Português da Índia”, era também intenção de incluir, durante as mesmas celebrações, uma outra evocativa dos militares falecidos em operações humanitárias e de manutenção de Paz.

A Direcção Nacional entendeu, quer devido à polémica que envolveu tanto a construção do monumento como a posterior colocação das placas com os nomes dos combatentes mortos nas várias frentes coloniais, quer ao facto de esta nova abordagem nunca ter sido exposta, discutida, muito menos sancionada, em reuniões preparatórias da Comissão Executiva e/ou das associações de ex-combatentes, que tal acto era despropositado pela escolha daquela localização.

Em “última hora”, o presidente da Direcção Central da Liga dos Combatentes pretendeu acolher anuência por parte da ADFA e de outras associações, afirmando que, por sua única iniciativa, já tinha tido o acolhimento do Presidente da República e dos ministro e secretário de Estado da Defesa Nacional, pelo que a DN/ADFA, desconfortável com a situação e o modo como foi criada, decidiu remeter ao tenente-general Chito Rodrigues o ofício que seguidamente se trans-

creve, e do qual se deu também conhecimento ao dr. Nuno Severiano Teixeira:

“Tomou esta Associação conhecimento da intenção, por parte da Liga dos Combatentes, de colocar placas com os nomes dos militares falecidos nas Missões Humanitárias e de Manutenção da Paz no Monumento aos Combatentes da Guerra do Ultramar, de que a Liga foi nomeada guardiã.

No entanto, julgamos que a específica dedicação do monumento colide com essa intenção.

Não porque não consideremos com igual respeito os que caíram na Guerra do Ultramar e os que têm vindo a cair nessas nobres missões. Tal como a Liga, somos solidários com estes nossos camaradas, razão pela qual acolhemos no nosso seio as suas viúvas e filhos e os que se têm deficientado nos teatros de operações para os quais os superiores interesses nacionais e o poder legítimo os têm enviado.

Ao contrário de outros países, não existe em Portugal um monumento único e nacional onde sejam homenageados (e venham a ser) os militares falecidos ao serviço da Pátria. Assim, existem cemitérios da I Guerra Mundial (alguns dos quais vieram a acolher os mortos de 1961/1975), monumentos evocativos da mesma Guerra e outros criados para homenagear os caídos na Guerra do Ultramar, além dos talhões de combatentes nos cemitérios das autarquias.

Como não pode deixar de recordar a Liga, não foi de todo pacífico o processo que levou à concepção e

construção do Monumento aos Combatentes do Ultramar em Belém. Mas foi possível encontrar um consenso (para cujo encontro a ADFA desempenhou papel preponderante na comissão executiva respectiva), obtido apesar de certas cli-vagens ainda hoje latentes na sociedade portuguesa, a que se sobrepôs o sentir colectivo do respeito merecido pelos que, ao serviço da Pátria, deram tudo sem nada pedir em troca.

Não é, repetimos, o menor respeito pelas vítimas de outras expedições e campanhas que nos leva a pôr em causa a decisão da Liga, mas sim saber se o local é o apropriado, e se a falta de debate constitui forma correcta de tomada de decisões em matéria que para nós, que só por acaso da fortuna ali não figuramos, está evitada de extrema sensibilidade.

Assim sendo, e não estando a Associação dos Deficientes das Forças Armadas de acordo com a decisão que parece ter sido tomada pela Liga, apelamos a que sejam homenageados noutra local, digno e apropriado, os que hoje, como há oito séculos, vão dando o seu tributo supremo à perenidade de Portugal, *não esquecendo os que anonimamente vão tombando na instrução e treino das forças que, de forma mais conspícua, nos garantem o lugar que merecemos no concerto das Nações.*”



Breves

Cartões de Identificação dos DFA

Através do ofício n.º 40413 Proc. 200.02, de 7 de Agosto, a Repartição de Reserva Reforma e Disponibilidade/Secção de Deficientes das Forças Armadas e Pensionistas, informa que a partir de 1 de Outubro do corrente ano, toda a correspondência relacionada com os pedidos de emissão e renovação dos Cartões de Identificação dos DFA e Pensionistas por invalidez deve ser remetida para aquela Secção, sita na Praça da República 4050-495 PORTO.

À hora de fecho

Carreiras, vencimentos militares e IRS...

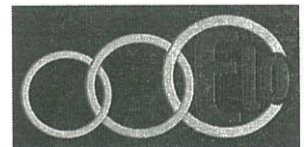
À hora de fecho deste ELO, a DN/ADFA após uma reunião com o “Grupo de Trabalho para a reestruturação de carreiras e vencimentos dos militares”, criado no âmbito do ministério da Defesa Nacional, foi recebida na “Comissão Parlamentar de Defesa”, com a qual debateu várias das questões que afligem os deficientes militares e a sua associação, nomeadamente o ainda recente, mas gravoso problema do IRS, tendo-se os elementos da mesma mostrado bastante sensíveis às posições da ADFA.

Estas notícias serão devidamente desenvolvidas em próxima edição do ELO.

Director

Dado que, argumentando ponderosas razões da sua vida pessoal, o director do ELO, Fernando Cardoso, decidiu renunciar ao cargo que vinha exercendo há cerca de ano e meio, a Direcção Nacional, face ao período transitório que a ADFA vive, aguardando novo executivo, deliberou nomear interinamente para exercer esta função o associado n.º 12183, Sérgio Francisco Carapeto Azougado.

A Direcção Nacional agradece a Fernando Cardoso a dedicação que demonstrou durante o tempo em que esteve à frente da equipa do ELO, que da melhor forma coordenou e fez funcionar.



www.adfa-portugal.com
um sitio a visitar

Episódios de guerra

O Prisioneiro

Samuel Ntaluma caminhava devagar, de cabeça baixa e pressionava com uma mão o rim direito. A floresta era um emaranhado de tentáculos vegetais à sua volta, formando um túnel ao longo do trilho que não deixava ver o céu estrelado lá em cima. Era jovem, e caminhava curvado como se procurasse alguma coisa valiosa no chão, mas embora fosse noite cerrada não era por não ver o trilho, que caminhava assim, mas porque aquela dor lancinante e incomodava. Não fossem os seus pés de maconde conhecerem bem aquele caminho e ele não conseguiria dar um passo; não fossem os seus ouvidos de maconde conhecerem todos os lamentos e lamúrias dos animais e das aves nocturnas e ele julgaria que os seus antepassados caminhavam a seu lado; não fossem os seus olhos de maconde estarem habituados a distinguir os espíritos malignos das sombras dos arbustos e ele simplesmente morreria de medo. Mas de repente uma dessas sombras caiu sobre ele, e outra e outra ainda e ele ia mesmo morrendo de medo.

Uma das sombras virou um foco de luz bem para os seus olhos e disse na língua dos mussungo – É um puto, meu alferes. Que andas a fazer aqui pá? Fala, que andas a fazer aqui?

Nada valeria a pena neste mundo sem o Sol. O dia nasceu vagaroso e foi transformando gradualmente o céu e o manto de alpaca negra da noite deu lugar a um lençol de cetim branco até que por fim o Sol restituiu a cor verdadeira a tudo. Até aqui, nas profundezas escatológicas da selva impenetrável,

onde nos enroscámos como ratazanas de esgoto para passarmos a noite, Samuel Ntaluma, graças à recente luz do dia coada pelo tecto quase compacto da copa das árvores, reconheceu como humano o rosto pálido do cabo Silva que lhe oferecia um pacote de leite achocolatado – Queres matabichar? É choc-leite. Toma, é maning bom! Mohamed Ntaluma sabia que podia confiar no enfermeiro Silva porque os comprimidos que ele lhe dera na noite anterior lhe tinham tirado aquela dor lancinante. E pela primeira vez sorriu.

Agora uma longa fila de soldados desenha um carreiro de formigas pela picada com as mochilas murchas às costas em sinal de já não haver mais ração-de-combate em nenhuma delas. Samuel Ntaluma caminha direito como se o tratamento recebido pelo enfermeiro Silva não lhe tivesse apenas aliviado a dor nos rins, mas lhe tivesse inspirado confiança e conferido a dignidade e o respeito que, de acordo com o que em algum lado pode ter ouvido dizer, a honra militar concede por vezes aos inimigos.

Mas é difícil vislumbrar em que é que aquele corpo quase esquelético e aquele rosto anguloso de máscara do Mapico, podem fazer dele um inimigo. Olhei-o e ele sorriu-me, com uma fiada de dentes imaculados e uns olhos límpidos a convergirem no meu cigarro. Quem visse Samuel Ntaluma à minha frente andando de marcha-atrás enquanto eu lhe dava lume não diria que éramos inimigos. Mas é isso que nós somos: dois inimigos; porque eu nasci na aldeia de Agum, no coração da Bair-

rada e ele nasceu na aldeia de Nemu, no Planalto de Mueda e os nossos dois povos estão em guerra, da qual ambos sabemos a razão, dado que no-la ensinaram durante anos, mas agora aqui, quando ele acende o Caravela na chama do meu isqueiro, não saberíamos de certo explicar isso muito bem.

O Sol subiu no céu até ficar a pino e depois foi descendo de novo e o carreiro de formigas é agora uma linha direita apontando para Mueda. O que resta agora da ração-de-combate é o que rejeitámos durante os dias anteriores, como a minha lata de anchovas salgadíssimas que só por demoníaca perversidade alguém inclui no cardápio de um soldado que é obrigado a racionar o litro de água do cantil para sobreviver à sede e à desidratação durante três dias ou mais.

Na parada, Samuel Ntaluma perfila ao lado do grupo de combate como se fosse mais um camarada de armas, roto, sujo com os lábios ainda avermelhados do molho salgado e picante das anchovas, obedecendo em perfeita sincronia com os soldados às ordens do alferes e, à voz de destroçar, Samuel Ntaluma bateu com o pé descalço no chão, mas ficou imóvel no meio da parada enquanto os soldados dispersavam.

Eu também bati com a minha bota no chão e também não me mexi e também fiquei no meio da parada, fiquei a vê-lo entrar na secretaria da companhia



Foto do ex-alferes miliciano Luís Graça

de cabeça erguida e ar digno, parecendo mais um convidado do que um prisioneiro. Quando passou à minha frente pareceu-me que sorriu.

Quando acendi o enésimo Caravela do dia e o jipe da DGS passou por mim levando Samuel Ntaluma, já o Sol tinha completado a tarefa de tentar mais uma vez restituir as cores verdadeiras a este mundo e, durante essa curta ronda do Sol, Samuel Ntaluma, conheceu a calorosa afectividade do povo português que quase o convenceu de que aquela guerra era despropositada, mas agora os esbirros torcionários da DGS incumbir-se-ão de lhe destruir essa ilusão.

A noite fatal, que sempre sucederá ao sol mais grandioso, a noite cósmica e antiquíssima, pareceu trazer de volta todos os lamentos e lamúrias de todos os nossos antepassados e eu dirigi-me finalmente para a flat, olhando o chão como se tivesse perdido alguma coisa valiosa e com uma dor lancinante nos rins.

mcbastos
associado n.º 1312

PONTO DE ENCONTRO

A chegar ao fim do ano, nota-se bem a diminuição dos encontros de ex-combatentes que darão, agora, lugar aos tradicionais encontros familiares natalícios. Entretanto voltamos a indicar aos nossos leitores que visitem a página nossa parceira nesta informação - <http://guerracolonial.home.sapo.pt> -, tomando em devida atenção o nosso pedido de rodapé.

NOVEMBRO

Dia 04
CArt. 2395 - Arlindo F. Tavares, o "Aveiro": 96 704 46 83
NRP São Brás - Raul Augusto: 96 358 30 39

Dia 11
CArt. 1525 - geral@cart1525.com
PPM 3024 e CPM 3427 - António Rosa: 24 340 84 24 e 96 705 25 01
 ou Narciso Pereira: 25 263 32 58 e 91 978 36 93
CCaçParaq. 121 - 21 758 36 48

Dia 19
CArt. 293 - José Mário: 28 154 45 97

Dia 25
CCS/BCac. 558 - Júlio Rodrigues: 22 782 49 60
PMort. 1120 e BCaç. 1892 - 93 830 32 30
CCav. 2752 - ex-fur. mil. José d'Abranches Leitão: 96 470 02 27 e
 jdabrancheleitao@gmail.com ou António Félix: 21 848 47 82

Dia 26
BCaç. 1870 - Vítor Terras: 96 658 20 99

DEZEMBRO

Dia 02
GrupCav. 345 - Rui Machado da Cruz: 21 218 10 90 (depois das 20H00), Luís de Melo Correia: 21 390 14 31 e 91 969 79 63, Francisco C. Carvalho: 21 289 14 86 ou Filipe Chumbinho Miguel: 28 941 41 37 e 91 729 25 34

Não esquecer, para informações mais detalhadas, como locais e programas, consultar o espaço "Ponto de Encontro" no sítio net da ADFA: www.adfa-portugal.com



Entretanto, convidamos os nossos leitores a irem à página <http://guerracolonial.home.sapo.pt/>, repetimos, nossa "parceira" nestas andanças, e visitarem a sua extraordinária secção/museu de brasões, fornecendo-lhe o da vossa unidade, caso ainda lá não se encontre ou esteja em relativo mau estado.

Desporto

FPDD – Tomada de posse de novos dirigentes e assinatura de contrato-programa com IDP

No passado dia 16 de Outubro, no Auditório Jorge Maurício da Sede-nacional da ADF, e aproveitando a cerimónia de posse dos elementos dos Órgãos Sociais eleitos da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes para o biénio 2006/08, foi assinado o Contrato-programa respeitante à preparação paralímpica para os jogos de Pequim 2008, entre esta entidade, o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência/SNRIPD e o Instituto do Desporto de Portugal/IDP.

Ao acto, que foi presidido pelo secretário de Estado da Juventude e do Desporto e secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, compareceram, para além dos empossados e dos outorgantes, dirigentes de associações congéneres, entre eles os presidente e 3.º secretário da DN/ADFA, atletas, técnicos e amigos, que assim quiseram manifestar o seu apoio, e também o seu orgulho, aos que tanto têm feito não só na área desportiva, mas talvez muito principalmente na da reabilitação e da auto-estima.

A sessão iniciou-se com a tomada de posse dos novos dirigentes, dada pelo respectivo presidente da Mesa da Assembleia Geral, João Temido Pardal, devendo ver-se no final desta notícia uma relação, não exhaustiva, dos novos responsáveis federativos.

Após o presidente da Mesa da Assembleia Geral, João Temido Pardal, saudar os presentes, o novo presidente da FPDD, Humberto Santos, no uso da palavra, frisando que neste patamar do período olímpico, e existindo já um programa traçado, não só quanto à preparação para Pequim 2008 como também já perspectivando Londres 2012, havendo agora que reunir condições para que ele seja cumprido, não quis deixar de, manifestando aos representantes do Governo a disponibilidade para a melhor colaboração com as tutelas, relembrar dois casos que há que, com a brevidade possível, resolver: a questão dos atletas surdos e a do Comité Paralímpico, desejando-se que este último já possa funcionar no próximo ciclo olímpico, ou

seja, 2009/12. A terminar, uma saudação muito especial aos atletas de boccia presentes, recém-chegados do Brasil onde haviam conquistado, mais uma vez, os melhores resultados (ver notícia própria).

Seguidamente, o presidente do IDP, Luís Bettencourt Sardinha, explicou em que consistia o contrato-programa que ia ser assinado, e quais as verbas envolvidas, parte das quais já entregue, que somarão perto de 400.000 euros (mais precisamente 393.625,20!), a serem distribuídas por várias áreas, entre elas bolsas a atletas e a técnicos.

Seguiu-se a assinatura do contrato-programa, outorgando, pelo SNRIPD a secretária Nacional, Luísa Portugal, pelo IDP e pela FPDD os seus presidentes, sendo o documento depois homologado pelos secretários de Estado.

Em breve intervenção, a dr. Idália Moniz - notando a pouca presença feminina no novo elenco directivo, uma forma de exclusão que urge ultrapassar para que "integração" tenha um significado real -, saudou os novos membros dos Órgãos Sociais da FPDD com a certeza de que por parte da Secretaria de Estado da Reabilitação teriam todo o apoio possível, provado, aliás, pela já entrega de todas as verbas previstas para 2006, lembrando também que o desporto havia sido inscrito no I PAIPDI como fundamental na prossecução dos objectivos que com o mesmo se pretendem alcançar.

Encerrou a sessão o dr. Laurentino Dias que, saudando também os novos dirigentes, não quis deixar de lembrar o trabalho dos seus antecessores, enquadrando o apoio que a sua Secretaria de Estado disponibiliza, pode disponibilizar, não só no vasto objectivo que é uma maior generalização da prática do desporto, em que o sector das pessoas com deficiência é dos fundamentais, como também em melhor racionalização e aproveitamento dos recursos disponíveis. Em relação às questões sobre surdos e sobre o Comité Paralímpico, afirmou que os assuntos estão "em



cima da mesa", estando mesmo o segundo inserido nas propostas concretas do Governo, sendo previsível, desejável, que o próximo ciclo paralímpico seja já coordenada por esta entidade.

Seguiu-se um agradável beberete no bar da ADF, ocasião para, esquecendo protocolos, se conversar e se trocarem impressões sobre toda a problemática desporto/reabilitação/dignificação.

Órgãos Sociais da FPDD:

Mesa da Assembleia Geral — Presidente: João António Conceição Temido Pardal;

Direcção — Presidente: Humberto Fernando Simões dos Santos; vice-presidentes: José Manuel de Almeida Costa Pereira (Área mental), José Carlos Nazaré Cavaleiro (Matora), Carlos Manuel dos Anjos Ferreira (Visual), Joaquim Manuel Correia Guerreiro Viegas (Paralisia Cerebral), faltando ainda nomear o representante para a área auditiva; secretário: Victor Manuel Jesus de Sousa;

Conselho Fiscal — Presidente: Mário Augusto de Oliveira Dias;

Conselho Jurisdicional — Presidente: José Domingos Pereira Gonçalves;

Conselho Disciplinar — Presidente: António Augusto Leão Sampaio;

Conselho Arbitragem — Presidente: Pedro António Dias Fernandes.

Boccia conquista mais ouro, prata e bronze

A representação portuguesa aos Campeonatos do Mundo de boccia, que este ano decorreu no Rio de Janeiro, de 5 a 14 de Outubro passado, obteve o ouro em pares BC4 e a prata em equipa BC1-BC2, tendo obtido ainda um excelente 4.º lugar em pares BC3, com José Macedo a ser o melhor marcador da competição, com mais três atletas lusos nos primeiros dez.

A nível individual Bruno Valentim sagrou-se Campeão do Mundo de BC4, Pedro Silva alcançou a prata em BC2 e Mário Pei-



xoto ganhou a medalha de bronze em BC3, entre sempre honrosas participações de todos os elementos da selecção.

Recorde-se que a primeira competição internacional de boccia decorreu durante os V Jogos Mundiais para a paralisia cerebral que teve lugar na cidade dinamarquesa de Greve, já em Julho de 1982, encontrando-se o seu calendário estruturado de acordo com o ciclo paralímpico/olímpico, fazendo parte do ranking mundial 34 países e sendo mais de 40 os que fomentam a boccia para deficientes nos cinco continentes. Quanto a Portugal, fez a sua estreia internacional logo

Lei anti-discriminação

O atleta paralímpico, campeão do Mundo e da Europa de boccia, Bruno Valentim (ver artigo anterior), na sequência da recente lei que proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência (Lei n.º 46/2006 de 28 de Agosto), enviou, já em finais de Setembro, um requerimento aos Presidente da República, Primeiro-ministro, secretário de Estado da Juventude e do Desporto, secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, secretária Nacional de Reabilitação e presidente do Instituto do Desporto de Portugal, no qual, e trans-

crevemos, "vem por este meio requerer a reavaliação das bolsas e prémios de alta competição. A justificação para o presente requerimento advém da Lei 46/2006 de 28 de Agosto de 2006 que proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência. Assim, entendo que de acordo com a alínea j) do Artigo 4.º da referida Lei há uma prática discriminatória por parte das entidades que regem directamente o desporto: Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto e Instituto do Desporto de Portugal."

Campeões do Mundo – quem deu por isso?!

A selecção nacional de basquetebol (portuguesa...) revalidou o título de Campeã do Mundo no respectivo campeonato do INAS-FID que teve lugar entre 29 de Setembro e 6 de Outubro na cidade de Yokohama, no Japão.

Pesca desportiva (por A. Moreira)

No passado dia 15 de Outubro a equipa de pesca desportiva da ADF esteve no 4.º convívio aberto do Grupo Desportivo de Santa Maria dos Olivais.

Entre 140 participantes, representando 30 colectividades, os nossos pescadores obtiveram excelente resultado, um 5.º lugar colectivo, mercê dos 1.º e 3.º no sector B conseguidos por José Joaquim e Jorge Neto, e do 33.º de Alberto Moreira no sector A.



PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA
 Pessoa Colectiva n.º 500032246
 Email: jornal.elo@adfa.portugal.com
 Internet: http://www.adfa-portugal.com
 DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA
 Telefone: 21 751 26 00/ 21 751 26 01 / 21 751 26 09 - Fax: 21 751 26 10
 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vileas, Mano Póvoas, Santa Clara
 Gomes, Sérgio Azougado, José Pavão, Arminho Matias
 DIRECTOR INTERINO: Sérgio Azougado
 CONSELHO DE COLABORADORES PERMANENTES: Capela Gordo, Nuno Almeida
 REDACÇÃO: Fainho Lopes (fotojornalista), Maria José Carriço (secretariado)
 COLABORADORES HABITUAIS: Abel Fortuna, Helena Afonso, António Carreiro, José Maia, Nuno Santa Clara.
 ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara.

CORRESPONDENTES: Leite Domingues (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Carmona (Castelo Branco), Soles Girão (Coimbra), Manuel Branco (Evora), Anquses Carvalho (Famalicão), Nicolau Rufino (Faro), Armando Costa (Madeira), Abel Fortuna (Porto), José Faria (Setúbal), João Gonçalves (Viseu)
 ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Maria José Carriço, Tel. 21 751 2632
 CONCEPÇÃO GRÁFICA - Grafismo/Maquetagem/Paginação: Paulo Esteves
 PRE-IMPRESSÃO Jornal ELO
 IMPRESSÃO: Coraze - Centro de Impressão - Edifício Rainha, 4º Piso - Zona Industrial, Oliveira de Azeméis - Tel. 256 600 580
 Registo da Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96
 ASSINATURA ANUAL: €7,00. Tiragem deste número 9000 ex.
 Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores, assim como é da responsabilidade das direcções das Delegações o conteúdo dos respectivos espaços.

Secretário de Estado da Defesa Nacional na ADFA



Ao fecho deste ELO, no dia 30 de Outubro, visitou a Sede nacional da ADFA, acompanhado pelo chefe e outros elementos do seu Gabinete, o secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar.

Recebida à entrada pelo presidente e outros elementos da Direcção Nacional, bem como por representantes da Mesa da Assembleia Geral Nacional e do Conselho Fiscal Nacional, a comitiva, antes de subir para a reunião com a DN, observou com interesse uma pequena exposição de material do

tempo da guerra colonial, em especial de comunicações, onde não podiam deixar de estar, entre outros, o Racal e o AVP1, mas também um jeep Willys com um AN/GRC-9 montado, uma MG42, um detector de minas e uma "pica".

Já na sala da DN, ao que sabe o ELO, os presidente e 1.º vice-presidente voltaram a abordar questões, algumas que até as paredes já sabem de cor, tantas as vezes as ouviram, como as das ADM, dos furriéis e dos paraquedistas, da noção de campanha e de serviço, do Lar Militar e da 3.ª idade, do "134", da legislação dispersa e do Estatuto do Deficiente Militar, da "Rede Nacional de Apoio ao Stress de Guerra", do IRS, etc., etc., tendo o dr. Mira Gomes mostrado a sua sensibilidade para com estes problemas e garantido a sua atenção e vontade para os ver resolvidos. Após a assinatura do "Livro de Honra", cujos antecessores foram, precisamente, os anteriores ministro e secretário de Estado da Defesa, foram trocadas lembranças, tendo também sido entregue pela ADFA um processo com a documentação relativa ao questionário/inquérito que já muito brevemente, no âmbito do projecto "ADFA Solidária", vai ser feito ao universo dos nossos associados e seus familiares.

Antes de uma breve paragem no bar para um café, o SEDNAM teve ainda oportunidade de responder a algumas perguntas da Comunicação Social, uma, por exemplo, em que reiterou a vontade de se alcançar



uma solução para o Lar Militar, requalificando e melhorando as suas condições, nomeadamente quanto à sua utilização pelos grandes deficientes militares, outra, em que afirmou a disponibilidade, perante a incapacidade de se alcançar o valor necessário do previsto "Fundo dos Antigos Combatentes", para se encontrarem outras respostas em função dos complementos de reforma (que este ano já estão, ou vão começar a estar, em pagamento).

Em resumo, parece-nos que o governante, em vez de fazer falsas promessas, quis mostrar a sua consideração e empenho para com a Associação e os deficientes militares, indicando uma vontade em abordar com realismo, perante a crise, os vários assuntos pendentes, vontade essa quantas vezes sujeita aos "interesses" de outros ministérios e organismos.



Período eleitoral

deverá ser de profunda reflexão para se encontrarem soluções que reforcem o espírito e a coesão associativas



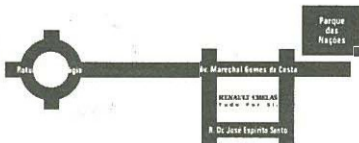
ASSOCIADO:
 A TUA COMPARÊNCIA
 E PARTICIPAÇÃO
 NAS ACTIVIDADES
 DA NOSSA ADFA
 SÃO A MELHOR
 PROVA DA SUA FORÇA
 E DINÂMICA!



RENAULT

- ▶▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
- ▶▶ O horário de atendimento é enorme.
 8h - 20h durante a semana
 9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶▶ O horário da oficina é igualmente grande.
 8h - 24h durante a semana
 8h - 18h ao sábado
- ▶▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
 Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
 Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA